



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VÍVIAN EMANUELY CAMPOS SIQUEIRA

**A ATUAÇÃO BRASILEIRA NA OPERAÇÃO CONDOR (1975-1985):
UMA BUSCA POR PODER SUB-REGIONAL?**

**JOÃO PESSOA
2023**

VÍVIAN EMANUELY CAMPOS SIQUEIRA

**A ATUAÇÃO BRASILEIRA NA OPERAÇÃO CONDOR (1975-1985):
UMA BUSCA POR PODER SUB-REGIONAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cristina Carvalho Pacheco.

**JOÃO PESSOA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S618a Siqueira, Vivian Emanuely Campos.
A atuação brasileira na operação Condor (1975-1985)
[manuscrito] : uma busca por poder sub-regional? / Vivian
Emanuely Campos Siqueira. - 2023.
41 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Operação Condor. 2. Realismo periférico. 3. Cone Sul.
4. Brasil. I. Título

21. ed. CDD 981.063

VIVIAN EMANUELY CAMPOS SIQUEIRA

**A BUSCA BRASILEIRA POR PODER SUB-REGIONAL NA OPERAÇÃO CONDOR:
UMA ANÁLISE À LUZ DO REALISMO PERIFÉRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

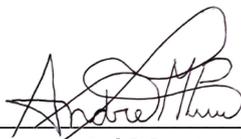
Aprovado em: 28/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Cristina Carvalho Pacheco (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



André Mendes Pini
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todos que me ajudaram direta ou indiretamente na minha jornada até aqui, dedico.

*“Nas veias abertas da América Latina
Tem fogo cruzado queimando nas esquinas
Um golpe de estado ao som da carabina” –
BaianaSystem*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Assistência da “Aliança para o progresso” ao Brasil - Ago/61 a Jun/68	35
Tabela 2 –	Ajuda Americana aos países Latino-Americanos em ordem decedente 1950-1972	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Agência de Desenvolvimento Internacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIEx	Centro de Informações do Exterior
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
DINA	Diretório de Inteligência Nacional
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ELN	<i>Ejército de Liberación Nacional</i>
ERP	<i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTE	Força Tarefa Extraterritorial
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
JCR	<i>Junta Coordinadora Revolucionária</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionária</i>
MI6	<i>Military Intelligence, Section 6</i>
MLN-T	<i>Movimiento de Liberación Nacional–Tupamaros</i>
MNC	<i>Movimiento Nacionalista Cubano</i>
NSC	<i>National Security Council</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
RI	Relações Internacionais
RP	Realismo Periférico

SI	Sistema Internacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOA	<i>School of the Americas</i>
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TRIPLE-A	<i>Alianza Anticomunista Argentina</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2	A OPERAÇÃO CONDOR (1975-1985)	13
2.1	A institucionalização da violência no Cone Sul	16
2.2	O papel dos EUA na Operação Condor	18
3	A ATUAÇÃO DO BRASIL NA OPERAÇÃO CONDOR	21
3.1	O Papel Central do Brasil na Operação Condor	24
3.2	A ação do Brasil na constituição de outras ditaduras sul-americanas.....	27
4	BRASIL E OPERAÇÃO CONDOR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO REALISMO PERIFÉRICO	29
4.1	Conceitos fundamentais do Realismo Periférico.....	30
4.2	Operação Condor: Brasil como potência sub-regional ou rule taker?	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	35
	ANEXO A – TABELA 1	39
	ANEXO B – TABELA 2	40

**A ATUAÇÃO BRASILEIRA NA OPERAÇÃO CONDOR (1975-1985):
UMA BUSCA POR PO-DER SUB-REGIONAL?
BRAZIL'S ROLE IN OPERATION CONDOR (1975-1985): A QUEST FOR SUB-
REGIONAL POWER?**

Vívian Emanuely Campos Siqueira*

RESUMO

A Operação Condor representou uma aliança clandestina entre as ditaduras militares do Cone Sul entre os anos de 1975 e 1985, com o objetivo de reprimir opositores políticos e dissidentes por meio do intercâmbio de informações e técnicas repressivas, resultando em sequestros, torturas e assassinatos. Este artigo adota uma abordagem multidisciplinar, envolvendo uma análise descritiva do período em questão e da participação do Brasil, com a finalidade de compreender como a atuação brasileira contribuiu para seu destaque como potência sub-regional. Isso foi feito por meio da coleta de informações primárias, como documentos e registros, e de fontes secundárias, como livros, artigos, teses e dissertações relacionadas à Operação Condor. Também foi utilizado o instrumental teórico proposto pela teoria do Realismo Periférico, elaborado por Carlos Escudé (2012, 2015, 2016). Nesse sentido os conceitos propostos pelo cientista político argentino, de proto-hierarquia, alinhados aos papéis atribuídos aos Estados enquanto *rule makers*, *rule breakers* e *rule takers* são explorados para fortalecer a análise das ações em questão. Objetiva-se responder a pergunta problema: “Como as ações do Brasil na Operação Condor (1975-1985) contribuíram para a sua busca por poder sub-regional?” e parte-se da hipótese de que a participação do Brasil foi uma faceta de sua estratégia de alinhamento (*rule taker*), com o objetivo de ascender na hierarquia internacional, à medida que se destacava gradualmente como uma potência sub-regional. O artigo está dividido em três partes: a primeira aborda a formação da Operação Condor, destacando o contexto político e histórico, além da influência dos Estados Unidos. A segunda parte analisa a participação do Brasil, destacando sua posição central na criação de aparatos repressivos e sua influência em golpes militares no Cone Sul. Na última parte, aplicam-se os conceitos do Realismo Periférico à atuação brasileira, explorando sua contribuição para o reposicionamento regional do país. A discussão estabelecida permitiu identificar a existência de um alinhamento claro do Brasil com os interesses impostos pela ordem central e a utilização dessa dinâmica para escalar uma posição de maior destaque regionalmente, como a adesão a regimes interamericanos: OEA, Doutrina Truman, TIAR. Além disso, a participação de intervenções dos EUA na América Latina, como na Revolução Guatemalteca, e os golpes militares no Cone Sul, justificados pela ideologia anticomunista. Ainda se destaca a reprodução de estruturas militares dos EUA e a abertura econômica para investimentos externos mais exploradas ao longo do artigo.

Palavras-Chave: Operação Condor; Realismo Periférico; Brasil; Cone Sul

ABSTRACT

Operation Condor represented a clandestine alliance between the military dictatorships of the

* Graduanda em Relações Internacionais pela UEPB, vivianemanuely.ve@gmail.com.

Southern Cone between 1975 and 1985, with the aim of repressing political opponents and dissidents through the exchange of information and repressive techniques, resulting in kidnappings, torture and murder. This article adopts a multidisciplinary approach, involving a descriptive analysis of the period in question and Brazil's participation, with the aim of understanding how Brazil's actions contributed to its prominence as a sub-regional power. This was done by collecting primary information, such as documents and records, and secondary sources, such as books, articles, theses and dissertations related to Operation Condor. We also used the theoretical tools proposed by the theory of Peripheral Realism, developed by Carlos Escudé (2012, 2015, 2016). In this sense, the concepts proposed by the Argentine political scientist, of proto-hierarchy, aligned with the roles attributed to states as rule makers, rule breakers and rule takers are explored to strengthen the analysis of the actions in question. The aim is to answer the question: "How did Brazil's actions in Operation Condor (1975-1985) contribute to its quest for sub-regional power?" and the hypothesis is that Brazil's participation was a facet of its alignment strategy (rule taker), with the aim of ascending the international hierarchy, as it gradually stood out as a sub-regional power. The article is divided into three parts: the first looks at the formation of Operation Condor, highlighting the political and historical context, as well as the influence of the United States. The second part analyzes Brazil's participation, highlighting its central position in the creation of repressive apparatuses and its influence on military coups in the Southern Cone. In the last part, the concepts of Peripheral Realism are applied to Brazil's role, exploring its contribution to the country's regional repositioning. The discussion allows us to identify the existence of a clear alignment of Brazil with the interests imposed by the central order and the use of this dynamic to climb to a position of greater regional prominence, such as adherence to inter-American regimes: OAS, Truman Doctrine, TIAR. In addition, the US was involved in interventions in Latin America, such as the Guatemalan Revolution, and military coups in the Southern Cone, justified by anti-communist ideology. It also highlights the reproduction of US military structures and the economic opening up to foreign investment, which are further explored throughout the article.

Keywords: Operation Condor; Peripheral Realism; Brazil; Southern Cone

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre a década de 60 e 70, a democracia entrou em crise na América Latina. Vários países enfrentaram golpes militares e estabeleceram regimes repressivos às liberdades individuais, sob a justificativa do combate e proteção contra o avanço da ideologia comunista. Esses Estados tinham em comum a promoção de ações terrorista, como sequestros, desaparecimentos, tortura e atentados. Mais tarde, a partir de investigações dos crimes cometidos nesse período em cada país, veio à tona a participação dos países do Cone Sul, incluindo Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, numa cooperação militar e ideológica que institucionalizou a repressão na região (Scaliante, 2010, p. 08; 11-13).

A Operação Condor, como foi denominada, se caracterizou pela intensa troca de informações e recursos entre as forças nacionais e os serviços de inteligência, mesmo antes da consolidação das ditaduras, visando controlar e perseguir os seus opositores políticos. Também foi comprovada a participação de agências estadunidenses nesse processo, como

CIA e FBI¹, no combate à chamada subversão comunista, além da já expressa influência política e econômica do país norte-americano na região (Scaliante, 2010, p. 08, 11-13).

O Brasil participou de maneira significativa na criação e estruturação desse operativo, baseando-se em sua experiência no sistema de repressão a militantes e guerrilheiros contrários ao regime ditatorial estabelecido no país em 1964. O país forneceu modelos de documentação e contribuiu para o fortalecimento das redes de comunicação, além de oferecer treinamento militar e de inteligência (Braga, 2013). Outro exemplo da centralidade do envolvimento do Brasil foi a sua participação em golpes de Estado anos antes da Operação. Como foi o caso do golpe bolivariano, em que o país ofereceu apoio militar, humano e bélico, além de exercer influência ideológica por meio de campanhas e discursos populares na fronteira com a Bolívia. Nesse contexto, percebeu-se o crescente papel de destaque do Brasil como potência sub-regional, especialmente no Cone Sul (Scaliante, 2010, p. 41-2).

A importância acadêmica deste estudo é justificada pela escassez de debates e conhecimento sobre a Operação Condor, destacando o papel e a influência do Brasil nesse processo. A escolha desse enfoque específico visa revelar dinâmicas geopolíticas e entender o papel regional do Brasil nesse processo, fornecendo informações sobre o nível de influência e operacionalização do país, dados que são pouco divulgados na sociedade civil, visto que as investigações sobre os crimes da ditadura brasileira são praticamente nulas.

Para análise desse recorte, a teoria utilizada será a do Realismo Periférico. Produzida na década de 90 na Argentina por Carlos Escudé, a teoria propõe uma análise da experiência de países periféricos a partir de uma óptica local, sem importação de debates centrais e uma análise dos Estados considerando seu contexto doméstico e histórico, para além do nível sistêmico. Para Escudé, o Sistema Internacional não é anárquico, mas sim proto-hierárquico, em que países centrais ditam as regras que compõem a ordem vigente, os chamados *rule-makers*. Os outros países, se encontram portanto na periferia e podem assumir uma posição de alinhamento (*rule takers*) ou contraposição (*rule breakers*) a essa ordem central (Escudé, 2015, p. 26-28).

A escolha desse aporte teórico se justifica pela composição da Operação por países periféricos, e a forte influência da relação desses países com os EUA (país central) na construção desse processo. Em relação ao Brasil, leva-se em conta seu posicionamento histórico de política externa alinhada com os interesses de grandes potências, em busca de investimentos e espaço político, o que se fez presente na sua atuação na Operação Condor (Cervo, 2008, p. 13-18). Além disso, a tônica das relações entre os países do próprio Cone Sul em relação país encontra discussões conciliadas com as propostas de Escudé.

Assim, o objetivo desta pesquisa é examinar a centralidade da atuação brasileira durante a Operação Condor e os objetivos estabelecidos a partir dos conceitos dispostos pelo Realismo Periférico, visando responder à pergunta central: “Como as ações do Brasil na Operação Condor (1975-1985) contribuíram para a sua busca por poder sub-regional?”. A investigação está alinhada com a hipótese de que a atuação brasileira foi parte da sua dinâmica de alinhamento (*rule taker*), mas com intenções de ascensão na hierarquia internacional, a partir de seu destaque gradativo como potência sub-regional.

O recorte histórico inicia com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, momento de formação dos primeiros organismos multilaterais interamericanos e segue até o último registro de atividades da Operação, em 1985. Embora a operação tenha se iniciado em 1975, voltar no tempo tem como pretensão contextualizar historicamente a evolução da influência e os interesses norte-americanos na região para, posteriormente, pontuar a gradação das ações do Brasil dentro dessa dinâmica.

¹ Siglas em inglês para as agências de inteligência dos EUA. Por sua popularidade, mantém-se sua versão original.

Para tanto, conduziu-se uma análise descritiva do período em questão e da participação do Brasil, por meio da coleta de fontes primárias, como documentos e registros, e fontes secundárias, como livros, artigos, teses e dissertações relacionadas à Operação Condor. Por fim, foi realizado um estudo comparativo entre os conceitos do Realismo periférico e as ações brasileiras examinadas dentro do escopo temporal predefinido.

Para a análise descritiva, foram coletados dados incluídos em documentos históricos e diplomáticos, discursos oficiais, relatórios e registros desclassificados de agências de inteligência e forças armadas, como a CIA e DINA (Diretório de Inteligência Nacional), que estiveram relacionados à Operação Condor e à participação brasileira. A obtenção desses dados se deu por meio de fontes primárias e secundárias disponíveis em plataformas como o Google Scholar, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e SCIELO, assim como em sites governamentais como o Ministério das Relações Exteriores.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira parte objetiva apresentar a Operação Condor e os processos político e histórico que antecederam à sua formação. Além disso, descreve os mecanismos adotados para a institucionalização desse operativo e a interferência estadunidense durante esse processo. O próximo passo consiste na análise da atuação brasileira nesse processo e sua posição central na formação dos aparatos repressivos, citando também sua influência na deflagração de golpes militares sucessivos no Cone Sul.

Por fim, os conceitos normativos propostos pelo Realismo Periférico são aplicados à atuação brasileira no período, já descrita no item anterior. Para isso, inicialmente é abordado o período histórico de formação da teoria e as influências presentes nos debates acadêmicos da época. Em seguida, são definidos os principais conceitos e afirmações de Escudé, explicando propriamente a teoria. Finaliza-se, apresentando as rupturas e continuidades da atuação do Brasil e, portanto, de um país periférico (*rule maker*) no período proposto de modo a identificar como a participação do Brasil contribuiu para que o país se reposicionasse regionalmente.

2 A OPERAÇÃO CONDOR (1975-1985)

Neste item será relatada a Operação Condor, seus desdobramentos políticos, históricos e principais acontecimentos. Primeiro, através do recorte histórico do momento anterior e de implementação da Operação na região do Cone Sul², incluindo as influências ideológicas para esse processo. Em seguida, destrincha os aparatos institucionais do operativo em cada país, demonstrando a organização cooperativa e tecnológica que possibilitou o funcionamento e êxito desses planos. Por fim, aborda a influência política, ideológica e militar dos EUA na formação desse operativo, que inclui desde o direcionamento de investimentos até a organização dos primeiros encontros da Condor.

A partir da década de 60 vários países sul-americanos enfrentaram golpes militares e o consequente estabelecimento de regimes ditatoriais alinhados com a extrema direita. Esses Estados tinham em comum, entre outros pontos, a restrição das liberdades individuais, a perseguição de opositores políticos e o combate ao avanço comunista na região. Nesse contexto, os países do Cone Sul: Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia e Chile, juntamente a agências estadunidenses como CIA e FBI, cooperaram militar e ideologicamente no combate a esse inimigo internacional fornecendo as bases e estruturas para o que mais tarde se tornaria a Operação Condor (Braga, 2013, p. 04).

² O Cone Sul é a região triangular no extremo sul da América do Sul, compreendendo Chile, Argentina, Uruguai e sul do Brasil, devido a características geopolíticas semelhantes. (Soares de Jesus, [s.d])

Esse aparato de técnicas, armamentos e treinamento começou a ser padronizado a partir da década de 50, com o acirramento da Guerra Fria³ e, posteriormente, com a Revolução Cubana⁴, ocorrida em 1953. Antes mesmo da chegada do comunismo na América Latina, os EUA estimularam a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na região, por meio das Escolas Militares, fundadas ainda na década de 40 por todo o continente. O documento relatava que os valores cristãos e democráticos estavam ameaçados pelo comunismo ateu em expansão para a região da América Latina. Ainda em 1954, na X Conferência Interamericana⁵ realizada em Caracas, na Venezuela, a OEA (Organização dos Estados Americanos), que era fortemente influenciada pelos interesses estadunidenses, reconheceu a intervenção do comunismo Internacional na América Latina (Fernandes, 2009, p. 04).

De acordo com os argumentos da DSN, o inimigo é interno, portanto, pode ser qualquer um e estar em qualquer lugar, até mesmo em outro país. Nesse sentido, para preservar a segurança nacional, ou seja, derrotar as ameaças e alcançar os objetivos nacionais, é necessário estabelecer uma guerra interna e psicológica, em que o inimigo pode ser o próprio cidadão e não uma ameaça externa. Além disso, esse perigo pode estar localizado fora das fronteiras nacionais. Portanto, combatê-lo, pode, e deve ser feito em qualquer lugar e a partir da cooperação regional. A noção de “fronteiras ideológicas”, aqui apresentada, deu as bases para a Guerra Revolucionária⁶ e para a implementação de aparatos como a Operação Condor (Fernandes, 2009).

No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional foi absorvida e adaptada na Escola Superior de Guerra por Golbery do Couto Silva e nomeada como Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo Silva (1981), segurança nacional é a manutenção e alcance dos objetivos vitais de uma nação, apesar de seus recursos limitados e ameaças no contexto externo e interno. A essa noção adiciona-se os elementos de Guerra Total⁷ e confronto final entre duas superpotências advindas do contexto de Guerra Fria, incorporados do conceito de guerra revolucionária, já que a expansão ideológica comunista é o inimigo a ser combatido nos países latinos. Por fim, Silva defende a necessidade de desenvolver a economia como elemento central de segurança nacional em países subdesenvolvidos como o Brasil e seus vizinhos (Alves, 2005).

Nas primeiras reuniões da Operação Condor, a intenção expressa com a formação do operativo era justamente combater a subversão espalhada pela América do Sul. No contexto da Guerra Fria, subversão era o termo utilizado por grupos político-militares e sociais para

³ A Guerra Fria é dividida em três fases, com momentos políticos distintos. São elas: Máxima tensão (1947-1953), em que os países disputam a hegemonia política e territorial tendo como auge a Guerra da Coreia; Coexistência Pacífica (1953-1977): há uma tranquilização a partir da estabilidade da balança de poder com as duas potências evitando usar seus armamentos nucleares. Recrudescimento e fim da Guerra Fria (1977-1991): crise e derrocada da URSS e diminuição gradativa de conflitos à medida em que o socialismo real cai em falência (Ribeira, 2012).

⁴ Revolução liderada por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara para derrubada do regime militar de Fulgêncio Batista, cujo golpe de tomada do poder tinha sido apoiado pelos Estados Unidos anos antes (Blume, 2023).

⁵ As Conferências Interamericanas iniciaram-se em 1889 com o objetivo de criar um sistema compartilhado de normas e instituições, dentro do contexto ideológico do Pan-Americanismo. Foram realizadas em espaços variados de tempo até a década de 70 quando foram substituídas pela Assembleia Geral da OEA. Inicialmente se reuniram 18 países que formaram mais tarde o Sistema Interamericano (OEA, [s.d]).

⁶ A Guerra Revolucionária era uma abordagem desenvolvida principalmente pelos franceses e ingleses, durante a campanha na Indochina (1946-1954) e a luta pela independência da Argélia (1954-1962). Sob essa lógica, qualquer movimento, seja de libertação nacional ou reformista, era considerado uma forma de guerra revolucionária (Fernandes, 2009, p. 10).

⁷ A Guerra Total indica uma percepção de conflito constante contra o comunismo: uma guerra generalizada que pressupõe ser absoluta, buscando a destruição do inimigo como uma necessidade para a sobrevivência; a guerra atômica seria sua extrema consequência (Fernandes, 2009, p. 10).

definir indivíduos ligados à ideologia comunista, estando ou não envolvidos com grupos revolucionários de esquerda. A expansão da subversão está diretamente ligada aos elementos de fronteiras ideológicas e de inimigo interno disseminados pelas DSNs (Osório, Enamoneta, 2007; Fernandes, 2009, p. 18-24; Ferreira, 2020, p. 240-2).

Em sua gênese, a operação tinha o papel de intensificar o combate à ideologia de esquerda na região e combater um esquema coordenado de guerrilhas conhecido com JCR (*Junta Coordinadora Revolucionária*), uma espécie de cooperação internacional entre os grupos revolucionários de esquerda do cone sul composta, de acordo com a ata da Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional realizada em 1975, pelos seguintes movimentos: “*Movimiento de Liberación Nacional–Tupamaros* (MLN-T), do Uruguai; *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), da Argentina; *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), da Bolívia e *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR)”.

A intensificação do combate às ideologias comunistas se daria, segundo informações também contidas na ata da Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional, através do estabelecimento de um comando central para coordenar o intercâmbio de informações, experiências e métodos entre os chefes e responsáveis pela Segurança Nacional dos países, com intuito de formar um aparato nos moldes da Interpol. Era permitida a participação de qualquer país que não fosse marxista. Além disso, a contribuição técnica e profissional para a manutenção desse sistema deveria ser proporcional a cada participante, ou seja, envio de recursos tecnológicos, compartilhamento de técnicas e treinamentos e força de trabalho humana nos serviços secretos. Os chamados técnicos, responsáveis pelas ações perpetradas dentro da operação também deveriam possuir imunidade diplomática nesse sistema (Osório, Enamoneta, 2007).

Apesar de não haver consenso sobre a data inicial de atividades ligadas a esse plano, a operação pode ser dividida em três fases principais, cujo foco e atuação é distinto. Em um primeiro momento os países faziam a coleta e armazenamento de dados sobre grupos e indivíduos considerados suspeitos ou ligados ao comunismo. Nessa fase, os serviços de inteligência nacionais eram protagonistas do processo, e já existiam acordos de natureza bilateral e ações coordenadas entre os países antes da formalização (Braga, 2013, p. 05-06). Segundo arquivo desclassificado da CIA, em 1974 (McSherry, 2005, p. 121-125) integrantes do serviço de segurança nacional dos países que participariam da Condor mais tarde, com exceção do Brasil, também compuseram o Primeiro Seminário de Política sobre a Luta Anti-Subversiva (Reis, 2012, p. 41).

Em sua segunda fase, a Condor é oficializada. Em 1975, ocorreu, então, a Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional em Santiago do Chile. A partir daí as ações assumem um tom mais repressivo e passam a ser coordenadas multilateralmente, com grupos táticos integrados por forças de mais de um Estado participante, atuando dentro do território sul-americano (Braga, 2013, p. 09-14).

Casos associados a internacionalização em curso de ações terroristas coordenadas pelos estados do Cone Sul ocorreram nessa fase. Um deles foi o assassinato do General chileno Carlos Prats e sua esposa, ocorrido na Argentina mais claro em 1974, onde se encontravam desde o golpe de Pinochet⁸. Outro foi a Operação Colombo, no mesmo ano, que deixou 119 militantes chilenos desaparecidos por meio da cooperação entre o Diretório de Inteligência Nacional (DINA) e Triple-A (Reis, 2012, p. 100-1; McSherry, 2005, p. 119-20).

Ao final da década de 70 até meados da década de 80, há uma intensificação da violência nos planos da operação. As ações começam a ser executadas também em países fora do

⁸ O golpe de Pinochet ocorreu em 1973, derrubando o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Pinochet estabeleceu uma ditadura que perdurou até 1990, caracterizada por repressão política, violações dos direitos humanos e políticas econômicas neoliberais (CNN, 2023).

Cone Sul, perseguindo exilados políticos e inimigos dos Estados participantes, como o atentado ocorrido em Washington, D. C., contra o ex-ministro das Relações Exteriores e Defesa chileno do Governo Allende (1970-73), Orlando Letelier, no ano de 1976 (Braga, 2013, p. 15-6).

Durante seu período de funcionamento (1975-85), a operação contou com um aparato multinacional, composto por esquadrões e unidades especiais direcionados pelos Serviços de Inteligência de dois ou mais países em conjunto e formados por homens treinados em técnicas padronizadas de contrarrevolução. Além disso, esses grupos atuavam fora do território regional (nos EUA, Europa e América Central) perseguindo inimigos políticos, militantes e simpatizantes desses movimentos que estavam em exílio. Também se utilizaram de forças paraestatais nessas ações, como o *Movimiento Nacionalista Cubano* (MNC), grupo terrorista fascista cubano que colaborou diversas vezes com a Condor (Braga, 2013, p. 16).

O aparato tecnológico disponível foi fator essencial para a profundidade da operação, e chamou a atenção pelo extenso banco de dados computadorizado compartilhados pelas inteligências sul-americanas e estadunidense: fotos, perfis psicológicos, histórico político, participação em movimentos e até microfilmagens; além dos já padronizados métodos de terrorismo estatal: perseguição, torturas, assassinatos, desaparecimentos de pessoas, roubos e terrorismos psicológicos (McSherry, 2005, p. 40; Scaliante, 2012, p. 126).

A centralização de um aparato multinacional de guerra psicológica coordenado entre países do Cone Sul foi a característica principal da Operação Condor. As ações coordenadas entre os Estados e planejadas sobre a organização deste operativo obtiveram êxito e influência devido ao caráter transfronteiriço e a tecnologia padronizada e avançada, direcionados para o mesmo objetivo comum, o qual seja o combate à dita subversão. Essa estrutura padronizada e complexa tem como influência inicial as Doutrinas de Segurança Nacional semeadas pelos Estados Unidos e encabeçadas pelas respectivas escolas militares nesses países, mas só foi possível devido a um centro de administração institucionalizado na região durante esse processo.

2.1 A institucionalização da violência no Cone Sul

Logo na primeira reunião entre líderes de segurança nacional, ocorrida em 1975, foi estabelecido que o combate à subversão na região do Cone Sul precisaria ser coordenado por uma rede de cooperação entre esses organismos. Para isso, definiu-se três pontos principais de ação em prol da criação de uma *Oficina de Coordinación y Seguridad*: Banco de Dados centralizado; Central de Informações e Reuniões de Trabalho periódicas (Osório, Enamoneta, 2007).

O Banco de Dados deveria reunir todos os arquivos referentes a pessoas, organizações e quaisquer atividades que pudessem estar ligadas diretamente ou não a atividades subversivas, coletadas pelos Serviços de Segurança Nacional de cada país. A inspiração para a sua construção era a base de arquivos da Interpol, e sua sede era na capital chilena, Santiago. Além disso, os países acordaram facilitar a troca transfronteiriça de informações, pessoas e autoridades governamentais (Reis, 2012, p. 48; Osório, Enamoneta, 2007).

Para manter o Banco de Dados da Operação ativo, os países criaram o Centro de Informações, que se destacou por seu aparato tecnológico em termos de rápida comunicação e intercâmbio de dados e cuja sede foi em Santiago. Esse Centro era composto por transmissões via Telex; criptografia, telefones com inversores de voz e correios e ficou conhecido como *Condortel*, em que cada país tinha uma numeração correspondente de *Condortel*: Uruguai era *Condortel 3* e o Brasil *Condortel 6*, por exemplo (Reis, 2012, p. 48).

Já as Reuniões de Trabalho foram programadas com o intuito de acompanhar o andamento da *Oficina de Coordinación* e tratar de possíveis questões caras à Operação. As reuniões ocorriam alternadamente em cada um dos países participantes e suas pautas eram regidas por regulamento interno. Caso fosse necessário poderiam ser realizados encontros extraordi-

nários de forma bilateral, como a conferência realizada entre Brasil e Paraguai em 1976 (Reis, 2012, p. 49).

Esse aparato montado em Santiago, representava o primeiro de três níveis da Operação Condor, ou seja, era o processo institucional que ocorria na primeira fase do operativo, sempre que era preciso monitorar ou identificar um possível alvo. Já o segundo nível da Operação consistia em ações secretas propriamente ditas, ligadas diretamente a táticas de guerra revolucionária em curso. E só começou a ocorrer a partir da sua oficialização, em 1975 (McSherry, 2005, p. 38).

Nesse momento, esquadrões especiais eram responsáveis por planejar ataques para além das fronteiras de origem, com o objetivo de apreender exilados e deportá-los ao país onde seriam detidos extraoficialmente. Esses grupos eram, por exemplo, a Força Tarefa Extraterritorial (GTE) da Argentina. Eles recebiam visto, ajuda financeira e logística e imunidade diplomática dos países integrantes da Condor (McSherry, 2005, p. 38).

Em um documento⁹ encontrado nos chamados arquivos do terror paraguaios¹⁰, provas físicas centrais acerca da operação, o General Guanes Serrano, então chefe do Departamento de Inteligência Paraguai, detalha o funcionamento desse método na prática. Segundo Serrano, inicialmente era feito o intercâmbio de informações sobre o objetivo (exilados políticos), em seguida havia a investigação e acompanhamento do alvo e, por fim, a detenção e traslado ao país de origem (Calloni, 1998).

O terceiro e mais secreto nível da Condor era conhecido como “Phase III”. Nessa fase, os times operacionais visavam eliminar aqueles considerados “inimigos e ameaças subversivos” por todo o mundo. Casos enquadrados aqui foram registrados na Europa e nos EUA, além da própria América Latina, e levantaram o questionamento internacional pela relevância dos alvos para oposição aos regimes instaurados nos países participantes da Operação, contudo naquele momento não houve comprovação direta do envolvimento desses times ou mesmo da própria Condor (Reis, 2012, p. 50).

Apesar de integrar oficialmente a Operação a partir de 1976, o Brasil limitou suas ações ao território do Cone Sul, apresentando objeções em participar da Phase III. O foco do serviço de inteligência brasileiro foi fornecer equipamentos para possibilitar a comunicação dentro da Central de Informações (Condortel) e colaborar com a troca de informações já em curso dentro da Condor (Kornbluh, 2013).

Entre os assassinatos da Phase III que geraram discussão e choque públicos pode-se citar a morte dos legisladores uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz, e do ex-presidente boliviano José Torres, exilados em Buenos Aires, ambos atentados ocorridos no ano de 1976; o assassinato no líder democrata chileno Bernardo Leighton e sua esposa (1975), em Roma, na Itália e o já supracitado assassinato de Letelier (1976) em Washington, D. C. (McSherry, 2005, p. 36; 122).

Documentos tornados públicos pela ONG *National Security Archive* em 2010, revelam que um pouco antes do assassinato de Letelier, o então Secretário de Estado do Governo Ford (1974-77), Henry Kissinger, aprovou uma ação diplomática encabeçada por oficiais do departamento de Estado dos EUA, em que os embaixadores da Argentina, Uruguai, Chile, Brasil, Bolívia e Paraguai seriam comunicados da profunda preocupação em relação aos planos para assassinatos de figuras proeminentes fora das fronteiras do Cone Sul.

⁹ O documento detalha o *Segundo Encuentro Bilateral de Inteligencia*, ocorrido em Assunção no ano de 1978 para oficiais argentinos e paraguaios.

¹⁰ Documentos encontrados no Paraguai, com registros e documentos comprobatórios da perseguição e repressão de opositores do governo, encontros bilaterais e multilaterais dentro do contexto da Condor. Maior coletânea de documentos comprobatórios da organização. (Calloni, 1998)

Nessa ação, os embaixadores seriam instruídos a informar seus chefes de Estado que o governo dos Estados Unidos recebeu informações que a Operação Condor ultrapassou a co-operação de informações e agora incluía planos para assassinatos de figuras subversivas, o que poderia criar questões morais e políticas a nível internacional. Contudo, no dia 16 de setembro de 1976, Kissinger revogou a aprovação da ação diplomática e afirmou que o departamento de Estado não tinha nenhuma instrução para seguir com ações a respeito desse assunto. Depois disso, mais um memorando enviado pelo assistente secretário para assuntos inter-americanos, Harry Shlaudeman, instrui os embaixadores dos EUA a não prosseguir com nenhum contato a embaixadores do Chile ou Argentina, já que nenhuma atividade que indicasse um novo esquema da Condor foi reportada (Kornbluh, 2016).

A partir de então não foram registradas ações do governo estadunidense tanto do período Ford, quanto do período Carter (1977-81), presidente que sucedeu a Ford e governou até os últimos registros de ações ligadas à Operação Condor datados de 1980 (Kornbluh, 2013). Pelo contrário, também foram encontrados nos documentos integrantes do Arquivo paraguaio registros da participação da CIA no treinamento e equipamento ano dos serviços de inteligência, quanto dos grupos de ação secretos ligados a Phase III (Calloni, 1998).

Esses registros se referem ao suporte dado pela divisão de Serviços Técnicos pela agência sobre técnicas de tortura e descargas elétricas a brasileiros e uruguaios e formações oferecidas sobre fabricação de bombas a grupos de segurança nacional latinos. Além disso, a CIA também disponibilizou equipamentos ligados a práticas de tortura ou dispositivos tecnológicos para facilitar a comunicação entre os países, como a máquina criptográfica que substituiu o método de decodificação desenvolvido pela Condor. Os próprios encontros iniciais, que antecederam o estabelecimento da Operação, foram organizados pela agência estadunidense, a exemplo do encontro de oficiais de segurança argentinos e uruguaios e encontros entre os líderes de esquadrão da morte brasileiros com argentinos e uruguaios (Calloni, 1998).

Esse aparato central de dados e informações, alicerçado numa comunicação rápida, integrada e tecnológica entre os países, proporcionou a efetividade da Operação Condor em manter o controle político e militar na região durante seu período de funcionamento. Os arquivos descobertos que comprovam a existência da Condor também apontam a influência e ação direta dos EUA na construção desse processo cooperativo, principalmente no âmbito ideológico. Ainda que mais tarde o operativo tenha evoluído o suficiente para alçar os próprios voos, entender a atuação estadunidense é essencial para a compreensão de como esse plano foi estabelecido no Cone Sul.

2.2 O papel dos EUA na Operação Condor

No momento do pós-Segunda Guerra Mundial a política externa estadunidense se voltou ao estímulo de governos democráticos e antifascistas. Após apoiar o estabelecimento de governos não necessariamente alinhados com a democracia em nome da estabilidade durante a guerra, com o fim dos conflitos com o eixo, a política norte-americana não via mais necessidade na manutenção desses governos e começou a estimular transições democráticas, em especial na América Latina. Exemplos dessa mudança de dinâmica foram o esfriamento das relações com o Brasil de Vargas, e a relação complicada com o Governo argentino considerado próximo das ideologias fascistas (Schoultz, 2000, p. 363-4).

Esse momento rapidamente passou com a escalada do embate ideológico com a URSS, e as políticas de contenção ao avanço comunista. Contudo, a prioridade estadunidense passou a ser o continente europeu e a sua recuperação política e econômica, tanto pela proximidade geográfica com a URSS, quanto pela vulnerabilidade socioeconômica entendida como fertilizadora de movimentos comunistas (Schoultz, 2000, p. 379).

Isso se materializou principalmente através do Plano Marshall, que consistiu em empréstimos para auxiliar na reconstrução do continente após a Segunda Guerra Mundial. A Doutrina Truman, por sua vez, representou a parte militar desse processo. Ela estabeleceu que qualquer nação que enfrentasse uma ameaça ideológica ou territorial do comunismo, receberia assistência militar e dos Estados Unidos. Também sob o governo Truman (1945-53) foram criados a *Central Intelligence Agency* (CIA), serviço de inteligência estadunidense, e o *National Security Council* (NSC), responsável pela coordenação de todos os serviços de inteligência e contra-inteligência nacionais e estrangeiros (Fernandes, 2009, p. 02-03; Mattos, 2019, p. 33).

Como a América Latina estava afastada geograficamente da União Soviética, o governo norte-americano não direcionou grandes esforços ou investimentos para a região nos primeiros anos de Guerra Fria. Vários pedidos de ajuda, principalmente econômicos, foram ignorados nesse período. A partir do final da década de 40 e início dos anos 50, os EUA começam a acirrar seu posicionamento, especialmente após a chegada ao poder de um governo nacionalista na Guatemala, em 1953, considerado o primeiro assalto comunista no hemisfério (Schoultz, 2000, p. 381).

A agenda estadunidense priorizou, após a Guatemala, a contenção de qualquer presença comunista no continente. Qualquer movimento simpatizante ou governo ligado a Moscou iniciaria um efeito dominó¹¹ de expansão ideológica, já que a região, segundo o entendimento dos EUA, era pouco sofisticada politicamente, subdesenvolvida e tendia a buscar heróis fortes em seus líderes, espaço propício para a implantação da ideologia soviética (Schoultz, 2000, p. 383).

O comunismo não iria adentrar os EUA, mas ao se espalhar pela América Latina representaria um risco à segurança militar do país. Era necessário, então, proteger todo o hemisfério para garantir a proteção ao território estadunidense, era o fim dos estímulos a governos democráticos na América Latina. Ainda em 1947, implementou-se o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), o qual estabeleceu que um ataque contra qualquer nação na região das Américas seria tratado como um ataque coletivo, implicando que todos os países do continente se comprometessem em responder a essa agressão de forma conjunta, além disso foram estabelecidos acordos bilaterais de assistência militar entre os EUA e quase todos os países do continente americano (Mattos, 2019, p. 32).

Outros mecanismos multilaterais de cooperação foram estabelecidos no hemisfério, como a Organização dos Estados Americanos e o Sistema Militar Interamericano, juntamente de bases militares criadas para intensificar o treinamento de soldados estadunidenses e latino-americanos, e outras instituições filiadas como o Colégio Interamericano de Defesa e a Junta Interamericana de Defesa. Assim, os preceitos da DSN eram facilmente propagados na região, junto de técnicas e estratégias de investigação e combate ao comunismo e a subversão integrantes de uma nova modalidade de guerra, a guerra suja ou subversiva (Mattos, 2019, p. 52).

As Escolas Militares foram o canal mais certo de difusão da DSN e de seus preceitos. A primeira delas e mais importante foi a *School of the Americas* (SOA) ou Escola das Américas, fundada em 1946 no Canal do Panamá, com objetivo de fornecer treinamento militar e difundir a DSN, atuando como um braço do Departamento de Estado americano na América Central e recebendo militares de todo o hemisfério. Registros encontrados nos arquivos do terror paraguaio apresentam manuais da SOA sobre como interrogar e obter respostas de prisioneiros com uso de choques elétricos. Além disso, em uma série de documentos tornados

¹¹ “Teoria” criada por Eisenhower (presidente dos EUA entre 1953-1961), que sugeria que se um país fosse influenciado pelo comunismo, os países vizinhos também seguiriam como peças de dominó caindo em sequência. Essa ideia foi usada para justificar intervenções militares globais, incluindo o envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã (Altman, 2021).

públicos pela CIA, em 1996, encontram-se manuais concedidos pelo Departamento de Estado americano à SOA com instruções sobre interrogatório, manejo de fontes, Guerra Revolucionária, entre outras técnicas de tortura e terrorismo de estado e influência ideológica da DSN (Calloni, 1998; Ferreira 2020, p. 34; SOA Watch, 2020).

Cerca de 500 mil homens foram enviados para a SOA pelos países integrantes da Condor durante o período, figuras centrais para o estabelecimento do operativo como os agentes da DINA, Manuel Contreras e Eduardo Neumann. Os países do cone sul também criaram escolas militares nos moldes da SOA, como a Escola Superior de Guerra no Brasil, a Academia de Guerra no Chile, a Escola Nacional de Guerra no Paraguai e a Escola de Altos Estudos Militares na Bolívia. Em 1964, após o golpe militar brasileiro, também foi criado o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus (Ferreira 2020, p. 34; Mattos, 2019, p. 42-3).

Após a Revolução Cubana e a “perda” da ilha para o comunismo de Moscou, a política de contenção dos EUA voltou-se completamente para a América Latina. Além dos incentivos militares, o país anunciou o estímulo econômico à região, para melhorar a condição de vida da população e impedir a expansão da influência da revolução de Castro, o governo Kennedy embarcou numa integração imperialista econômica para desenvolver e estabilizar as classes burguesas desses países além de conformar as camadas populares (Mattos, 2019, p. 16).

Já no início da década de 60, foi implementada a Aliança para o Progresso (Alaggio, 2006), que consistia numa concessão de investimentos para combater o subdesenvolvimento e estimular o desenvolvimento na região, assim protegendo-a da influência de ideologias subversivas. Também foi criada a Agência de Desenvolvimento Internacional (ADI) para abrigar esses programas de assistência. Em 1964, 38% desses investimentos eram destinados a treinamentos de contra-insurgência na América Latina e, a partir de 1965, o crescimento do orçamento da ADI passou a ser exponencial, destinado, principalmente, à recém ditadura brasileira e, mais tarde, para o Chile (Schoultz, 2000, p. 405).

A partir do golpe militar brasileiro, a CIA organizou encontros entre oficiais brasileiros e opositores de governos de esquerda na América do Sul, além de intermediar o treinamento de oficiais dos regimes recém instaurados do Uruguai e Argentina por esquadrões de morte brasileiros, dentre eles o famoso Sérgio Fleury¹². O Brasil foi a ponte inicial para fornecer a *expertise* ideológica e militar de maneira mais direta aos novos regimes militares. Em 1973, o governo Médici enviou soldados ao Chile para interrogar exilados brasileiros, abrindo os caminhos do MERCOSUL do terror (Mattos, 2019, p. 143).

Depois do processo de estímulo e consolidação de “ditaduras amistosas” na América Latina, os EUA atuaram na formação das primeiras linhas de cooperação entre os países da Condor. Além de intermediar as primeiras reuniões no Cone Sul e contribuir com informações e equipamentos para os esquadrões secretos da operação, arquivos tornados públicos comprovam que o Departamento de Estado era ciente do plano cooperativo em curso no Cone Sul e, inclusive, de suas ações planejadas fora da região. Em depoimento à Suprema Corte chilena, Manuel Contreras, coordenador do DINA, afirmou que tanto a CIA quanto o FBI estavam cientes e contribuindo com o operativo quando necessário e que ele fazia parte da folha de pagamentos da agência de inteligência americana (Mattos, 2019, p. 169; McSherry, 2005 Osório, Enamoneta, 2007).

Essa dinâmica só sofrerá um abalo nos anos 70, durante a Administração de Jimmy Carter, eleito com o discurso de promover a proteção dos Direitos Humanos dentro e fora do território americano, após os escândalos do Vietnã e, por conseguinte crítico as ditaduras na

¹² Sérgio Fernando Paranhos Fleury, foi delegado do Dops na ditadura militar a partir de 1968, é reconhecido como um proeminente repressor, acusado de liderar os esquadrões da morte em São Paulo nas décadas de 1960 e 1970 (Memórias da Ditadura, [s.d.]).

América Latina. Já tomado por escândalos ligados a ações da Operação Condor fora da região do Cone Sul, em especial lideradas pelo Chile de Pinochet e Contreras, como o assassinato de Letelier em Washington, o novo governo diminuiu o apoio às ações da CIA e às solicitações das inteligências do Cone Sul. Contudo, nesse momento o aparato construído pela Condor já era bastante refinado e independente (Calloni, 1998; Schoultz, 2000, p. 410).

A política externa dos Estados Unidos na América Latina durante a Guerra Fria foi marcada por uma mudança de prioridades, que transitou do incentivo a governos democráticos para a contenção da influência comunista. A agenda de política externa dos EUA deixou de incentivar modelos democráticos passíveis de caminharem para a esquerda para ações de treinamento militar, cooperação com ditaduras e criação de estruturas de segurança na região, deixando um legado complexo e controverso na história da região. No Cone Sul, essa interferência plantou o embrião da Operação Condor e impulsionou as ações terroristas dos esquadrões secretos nesse período. Nesse contexto, a relação desenvolvida entre EUA e Brasil foi um ponto estratégico para inserção dessas políticas no hemisfério sul e traz a luz o papel do país sul-americano nesse processo.

3 A ATUAÇÃO DO BRASIL NA OPERAÇÃO CONDOR

O presente item se propõe a apresentar, em maiores detalhes, como foi a participação do Brasil na referida Operação. Para isso, é necessário contextualizar, ainda que brevemente, a relação estabelecida pelos EUA com a América Latina desde o século XIX. Elementos como a Doutrina Monroe (1823), a Diplomacia do *Big Stick* (1898-1934) e a Diplomacia do Dólar permitem compreender como a influência estadunidense condicionou o rumo das ações brasileiras nesse contexto.

A primeira parte se dedica a apresentar, rapidamente, essa dinâmica para, em seguida, indicar as ações brasileiras enquadradas nesse processo, seu contexto político e antecedentes. Em seguida, o papel central do Brasil na construção da Operação é analisado: qual a sua principal contribuição e os efeitos no âmbito regional. A última parte retoma importantes participações do Brasil em golpes militares no Cone Sul, trabalhados anteriormente ao longo deste item, com o fim de corroborar a hipótese a ser testada aqui, sobre o seu posicionamento como potência sub-regional.

Em termos regionais, o Brasil procurou assumir uma posição de liderança e estabelecer uma relação próxima com os Estados Unidos desde o fim do período governado por Getúlio Vargas (1951-1954). O país buscou atrair investimentos dos EUA, visando o desenvolvimento econômico. Para isso, baseou grande parte de sua política externa na adoção de uma perspectiva ideológica alinhada com os norte-americanos. Além disso, o Brasil assumiu implicitamente a responsabilidade de intermediar essa relação com o restante da América Latina (Cervo; Bueno, 2015, p. 294-98).

Após o início do regime ditatorial brasileiro, em 1964, o país buscou influenciar o processo político e o combate ao comunismo na região e cooperou com iniciativas estadunidenses de intervenção, inclusive militar, para impedir a eleição de líderes considerados subversivos ou, até mesmo, a expansão de grupos revolucionários ligados a ideologia de esquerda. Destaca-se a participação brasileira no estabelecimento das ditaduras na República Dominicana, Uruguai, Chile e Bolívia, além do monitoramento de exilados (mesmo antes da Operação Condor) por órgãos do Estado como o SNI e o CIEx (Gil Silva, 2010, p. 03-04).

Devido ao sucesso do Brasil na supressão de movimentos revolucionários e na manutenção de uma ditadura por um período mais longo do que seus países vizinhos, o país se destacou como um modelo de referência. Ele exportou métodos de repressão contra a subversão e técnicas de tortura para seus aliados na Operação (Souza, 2011, p. 11). A exemplo disso, estão os cursos formativos oferecidos nas escolas militares utilizando como uma das bases o manual brasileiro *Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo*, de 1962, assinado

pelo Estado Maior do Exército brasileiro e o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), criado em Manaus, que oferecia treinamento militar especializado para o Brasil e países da região (Ferreira, 2020, p. 45).

A primeira política de intensificação na relação dos EUA com a América Latina foi a Doutrina Monroe, em 1823. Pensada inicialmente como uma política de segurança em relação à Europa, a doutrina logo assumiu tom imperialista em relação à América Latina, e teve como princípios norteadores três pontos centrais: impedir um novo momento colonial na região, impedir a intervenção europeia em negócios de países americanos e, para alcançar tais medidas, os EUA se absteria de intervir em negócios europeus. A partir deste momento, as relações dos EUA com a região passam a se estabelecer nesta dinâmica hierárquica, de dependência e controle dos países ao gigante vizinho (Schilling, 2002, p. 19).

Aos poucos, os produtos e o capital norte-americano vão se fazer presentes na América Latina e os investimentos e influência dos EUA passam a interferir na política interna e externa desses países. Como maior mercado consumidor dos produtos estadunidenses, o controle do hemisfério passou a integrar a estratégia norte-americana. Ao fim do século XIX, o Pan-Americanismo¹³ institucionalizou padrões de mercado e comportamento político na região (Arévalo; Kuhn, 2016, p. 03-04).

Na primeira década do século XX, os EUA implementam a Diplomacia do Dólar¹⁴, que estabelece pela primeira vez uma relação de codependência entre investimentos econômicos e estabilidade política para o hemisfério. Nesse período, a relação imperialista entre o país e a região latina se cristaliza de vez. A diplomacia do dólar, associada à política externa do *big stick*, implementada durante o governo de Theodore Roosevelt, no início do séc. XX, dava continuidade à Doutrina Monroe, e, com voz macia e o auxílio de um porrete, procurava garantir presença militar ostensiva no hemisfério entre as décadas iniciais do século caso as políticas dos países da América do Sul fossem de encontro aos interesses norte-americanos (Arévalo; Kuhn, 2016, p. 04).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o foco dos Estados Unidos voltou-se para o continente europeu. Não apenas reorganizou a estrutura do Sistema Financeiro Internacional, em 1944, através dos Acordos de Bretton Woods, como também ajudou financeiramente na reconstrução da Europa Ocidental, entre 1948 e 1951, através do Plano Marshall. Em ambos os casos, a agenda de objetivos lançava os EUA à categoria de grande potência mundial. Instituiu o padrão ouro-dólar de convertibilidade da moeda, no primeiro caso, e aproximou os países da Europa Ocidental dos EUA, através do estabelecimento de acordos comerciais benéficos para o segundo. Por esse motivo, tantos investimentos financeiros quanto às políticas de influência e intervenção serão esfriadas para o continente americano. Na busca de retomar esses investimentos e a proximidade com os Estados Unidos, o Brasil irá implementar novos paradigmas na sua política externa, cujos objetivos eram de retomar o foco das atenções norte-americanas (Schultz, 2000, p. 381; Cervo, 2008, p. 13-18).

Durante seu governo, Juscelino Kubitschek (1956-1961) direcionou seus esforços para atrair investimentos estrangeiros. Kubitschek delegou, como nunca, a responsabilidade pelo

¹³ O Pan-americanismo promovia a ideia de unidade e solidariedade entre as nações americanas com base em valores compartilhados e a separação moralmente "superior" do Novo Mundo do continente europeu. Além disso, defendia a liderança dos Estados Unidos na unificação das repúblicas americanas, refletida na Doutrina Monroe (Mandelbaum, 2019).

¹⁴ Estabelecida na Administração de William H. Taft (1909-1913), a Diplomacia do Dólar buscava promover os objetivos dos EUA principalmente na América Central e Caribe, se estendendo posteriormente ao leste asiático e América do Sul, por meio de seu poder econômico, através da concessão de empréstimos. Tais empréstimos causavam um endividamento aos países e, conseqüentemente uma dependência econômica destes com os EUA, que passavam a ter tanto maior poder de barganha como condições de moldar as circunstâncias de acordo com seus interesses (Bastos, 2015).

desenvolvimento nacional ao contexto externo. Além disso, o Brasil assumiu implicitamente o papel de intermediar essa relação com o restante do hemisfério, o que teve um impacto considerável no fortalecimento das relações no Cone Sul, no âmbito político e militar (Alaggio, 2006, p. 61).

Nesse período, a segurança nacional foi explicitamente barganhada para garantir os investimentos dos Estados Unidos. Após a criação da Operação Pan-Americana (OPA)¹⁵, JK alertou que, sem apoio econômico, a América Latina, incluindo o Brasil, poderia enfrentar ameaças de forças revolucionárias comunistas. Em outras palavras, os EUA precisavam investir para assegurar que tais países permanecessem alinhados politicamente (Jaguaribe, 1996, p. 27 *apud* Oliveira, 2005, p.82).

Com a Revolução Guatemalteca (1954)¹⁶ e a Revolução Cubana (1959), os Estados Unidos acenderam o alerta para os perigos da subversão comunista no hemisfério. De acordo com Eisenhower (1953-61 R), a ideologia comunista estava, aos poucos, se infiltrando na região devido às suas vulnerabilidades econômicas. A partir de então, o objetivo do país era evitar novos casos semelhantes estimulando, inicialmente, movimentos de contra insurreição e oposição, mas intervindo militarmente nos momentos que considerasse vitais ao seu interesse nacional, além de apoiar ditaduras, desde que fossem anticomunistas. Além disso, a necessidade de alargar os investimentos econômicos estava mais que definida (Schoultz, 2000, p. 383).

Os Estados da região se reuniram diversas vezes para negociar a proposta de Kubitschek e delinear a OPA, foi definido um comitê dentro da OEA para discussão do plano de investimentos sob a qual o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi criado. Com a deterioração das relações Cuba-EUA, os preceitos da Operação Panamericana ganharam mais respaldo e o programa de investimentos amadureceu, resultando mais tarde na Aliança Para o Progresso. Criada durante a presidência do democrata John F. Kennedy (1960-1963), a Aliança empregou um extenso programa de investimentos; estímulo ao capital privado e claro, o combate às ideologias soviéticas e ao subdesenvolvimento (Alaggio, 2006, p. 43-5).

Como indicado por JK, a partir do lançamento da OPA, o Brasil estava disposto a receber esses investimentos estadunidenses além de colaborar com as políticas ideológicas para a região. Havia o entendimento por parte dos EUA de que o país sul-americano teria condições de influenciar e liderar os caminhos do hemisfério sul, nesse sentido era importante direcionar boa parte da atenção da Aliança para o Progresso para o Brasil (Alaggio, 2006, p. 74-73).

Contudo, a Política Externa Brasileira se afastava do projeto pan-americanista e passou a se concentrar em dois pilares fundamentais: a busca pela autonomia e pela universalização, que são promovidos por meio da Política Externa Independente (PEI)¹⁷. Jânio Quadros, (1961) em seu breve governo, reafirmou a necessidade de garantir os créditos de investimento norte-americanos agora em um contexto de profunda crise econômica no país. Apesar disso, o presidente não voltou atrás nas suas medidas de política externa e por diversas vezes reforçou a posição de neutralidade do Brasil frente ao conflito ideológico vigente no sistema internacional, respeitando a autodeterminação de países como Cuba e China e inflando barganhas polí-

¹⁵Programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina, submetido pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek à apreciação do governo dos Estados Unidos em 1958 (FGV, [s.d]).

¹⁶ Primeira intervenção dos Estados Unidos na América Latina para remover do poder Jacobo Arbenz, presidente eleito democraticamente, considerado próximo de ideologias subversivas devido à nacionalização da principal indústria norte-americana na região, a Unifruit (Grandin, 2005).

¹⁷ Estratégia introduzida pelo Presidente Jânio Quadros e idealizada em conjunto com San Tiago Dantas a partir de 1961, com o objetivo de assegurar a independência do Brasil em relação aos blocos econômicos da Guerra Fria, Reduzir a ligação do Brasil com os Estados Unidos e estabelecer parcerias com outras nações a fim de promover o crescimento da indústria nacional, sem se ater a considerações ideológicas (Manzur, 2014).

ticas em troca de investimento, o que naquele momento foi visto como um distanciamento claro da ideologia norte-americana (Alaggio, 2006, p. 105-9; Moniz Bandeira, 2013, p. 704-5; Manzur, 2014).

Com a posse de João Goulart (1961-1963) ao Governo, a partir da renúncia de Quadros, o clima político e as relações entre o Brasil e Estados Unidos chegaram ao auge do seu acirramento. Apesar da intenção inicial de Goulart em diminuir a truculência nas relações entre os países, com a forte crise econômica e instabilidade política interna, o Brasil, além de permanecer empregando o paradigma da PEI na sua política externa, implementou medidas de estabilização econômica contrárias aos processos liberalizantes da Aliança para o Progresso (Alaggio, 2006, p. 122-6).

Em resposta a essas medidas, os EUA estimularam a eleição de um legislativo não alinhado com o posicionamento de Goulart e mandou investimentos financeiros para a campanha de partidos de oposição ao governo, mais tarde também direcionou recursos e armas para grupos paramilitares, em especial no Sudeste, onde se iniciou o levante militar que deu vez ao golpe de 1964. Além disso, os fundos provenientes da Aliança para o Progresso, destinados ao Brasil, foram intencionalmente alocados nos governos estaduais. Isso foi feito com o objetivo de impedir que o apoio de Goulart chegasse aos governadores que eram seus aliados, isolando ainda mais o seu governo (Moniz Bandeira, 2013, p. 316; Scaliante, 2020, p. 47-9).

Por fim, durante o momento final pré-golpe, os EUA conceberam a Operação Brother Sam, plano de contingência que não só apoiaria e reconheceria a sublevação do estado de Minas Gerais contra o Governo, como interviria militarmente no território caso a situação escalasse para uma guerra civil. A Operação contou com uma força-tarefa do Exército, Marinha, Aeronáutica e CIA a partir da base americana no Panamá e seu conhecimento por Goulart estimulou a não resistência do governo ao golpe (Moniz Bandeira, 2013, p. 329-333).

O contexto das relações Brasil-EUA pré regime militar, indica o reconhecimento estadunidense da importância do Brasil para os rumos políticos da América Latina e a necessidade de manter o país “livre” do mal subversivo e da presença ideológica de Moscou para a manutenção da segurança hemisférica e, por conseguinte, da sua própria. O uso da barganha por investimentos econômicos em troca da garantia desse alinhamento pela PEB em diversos momentos, facilitou o processo de influência estadunidense na política interna e entendimento da nação como porta voz dos interesses e investimentos norte-americanos para a América Latina.

A partir do período militar, com alinhamento direto aos preceitos do bloco ocidental, o Brasil avança no papel de enraizar a ideologia liberal e expurgar a subversão dos países vizinhos e os primeiros encontros bilaterais e troca de inteligências que originaram a Operação Condor, se iniciam com posicionamento central do país.

3.1 O Papel Central do Brasil na Operação Condor

A partir da década de 60, a principal preocupação estadunidense com a América do Sul era impedir a propagação do comunismo na região. Isso foi alcançado, principalmente, por meio da instauração de diversas ditaduras, as quais, em grande parte, mantinham uma forte aliança com os interesses dos Estados Unidos. Com a ascensão do General Castelo Branco ao poder, em 1964, o Brasil assumiu uma posição de aliado vital para a manutenção dos interesses estadunidenses na região que incluíam, na agenda daquele momento, o combate à atividade subversiva nos países vizinhos (Sion, 2015).

O embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon¹⁸ descreveu o golpe militar brasileiro como "um dos principais pontos decisivos da história mundial nos meados do século XX" desde o conflito das Coreias, a crise dos mísseis e a Revolução Cubana¹⁹. No período imediatamente após a implementação do Regime Militar no Brasil, houve um aumento expressivo dos investimentos externos no país, principalmente a partir da Aliança para o Progresso, por meio das agências financiadoras: FMI, BID, Banco Mundial e USAID como pode ser observado na Tabela 1 (Anexo A). A política externa de Castelo Branco (1964-1967) adotou um alinhamento automático com os EUA que não o Brasil não tinha implementado desde o período Dutra (1946-51) (Alaggio, 2006, p.256).

A partir disso, a intervenção brasileira, ideológica e militarmente no hemisfério, em especial na América do Sul, ocorreu de forma crescente. Pode-se citar como primeiro marco dessa atuação a participação da força militar brasileira na intervenção organizada pelos Estados Unidos à República Dominicana²⁰, para derrubada do governo considerado alinhado ao comunismo. Traduzida em um expressivo volume de investimentos destinados ao país (ver Tabela 2, Anexo B), a sua ajuda e apoio às propostas estadunidenses inclusive nos espaços multilaterais de discussão na América Latina, eram vistas como uma consequência óbvia, apesar de não haver barganha explícita nesse sentido (Alaggio, 2006, p. 312).

Ao seguir a Doutrina de Segurança Nacional adaptada pela ESG, o regime conferiu ao serviço de inteligência o conceito de coleta e processamento de informações que poderiam estar ligados aos interesses estratégicos do Estado. Nesse sentido, a partir de 1964 foi criada uma estrutura composta por diversos serviços secretos que aperfeiçoaram o sistema de coleta de informações existente, a chamada Comunidade de Informações. O Serviço Nacional de Informações, SNI, foi criado como órgão centralizador dessa comunidade e, a partir deste momento, assumiu o controle das principais ações de combate à subversão no Brasil. O órgão, ultrapassou a função de coletor de informações e se destaca como ponto central de produção de tortura no Brasil controle dos mecanismos repressivos de guerra contrarrevolucionária (Carvalho, 2023).

Em 1966, o Centro de Informações do Exterior (CIEx), outro aparato criado para ser uma agência subsidiada no SNI, atuou no monitoramento e agrupamento de informações so-

¹⁸ Diplomata e acadêmico americano, embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966. (BBC, 2009)

¹⁹ A Guerra da Coreia (1950-1953) foi um conflito entre as duas Coreias, do Norte, apoiada pela China e pela União Soviética, e do Sul, apoiada pelos Estados Unidos e outras nações ocidentais, divididas após a saída do Japão do território no pós-Segunda Guerra. O conflito teve início quando as forças norte-coreanas invadiram o sul. Após intervenção internacional, as linhas de frente flutuaram, mas nenhum lado obteve uma vitória decisiva. O armistício de 1953 resultou em uma divisão persistente entre as Coreias, com a Zona Desmilitarizada no paralelo 38, estabelecida como fronteira, e tecnicamente, as duas Coreias ainda estão em guerra, pois nunca foi assinado um tratado de paz (Amerise, 2023). A Crise dos Mísseis, ocorrida em outubro de 1962, foi um confronto geopolítico entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria. A crise teve início quando os Estados Unidos descobriram a presença de mísseis nucleares soviéticos em Cuba. O presidente dos EUA, John F. Kennedy, anunciou um bloqueio naval a Cuba para impedir a chegada de mais mísseis. O mundo ficou à beira de uma guerra nuclear, mas, após negociações secretas, os líderes dos dois países concordaram em retirar os mísseis soviéticos de Cuba em troca da promessa dos EUA de não invadir a ilha e de retirar seus mísseis na Turquia. A crise foi um dos momentos mais tensos da Guerra Fria e terminou com um alívio global ao evitar um confronto nuclear direto entre as superpotências (Cueto, 2022).

²⁰ A intervenção dos EUA na República Dominicana em 1965 ocorreu após o assassinato do líder dominicano Juan Bosch. Os EUA enviaram tropas para evitar uma possível instalação de um governo comunista. A intervenção, visava proteger interesses norte-americanos e evitar a propagação do comunismo na região. As tropas permaneceram até 1966, quando as eleições foram realizadas, buscando restabelecer a estabilidade política no país (Oliveira, 2005).

bre ações subversivas. Inspirado no MI6²¹ britânico e na CIA, funcionava dentro do Itamaraty, e possuía diplomatas de vários setores atuando no monitoramento de exilados na América Latina, nos países da Europa, na URSS e no norte da África. Nos arquivos do órgão, que funcionou até 1985 (ano de encerramento da Operação Condor), 64 dos 380 brasileiros mortos ou desaparecidos durante o regime estavam registrados neste setor. A sua principal função, durante esse período, era localizar, identificar e informar sobre as atividades desses exilados para o SNI e para outros órgãos de inteligência no Cone Sul (Sequeira, 2008).

A construção desses aparatos conferiu uma posição de destaque ao Brasil no monitoramento e controle de movimentos revolucionários e grupos subversivos no Cone Sul, sua principal região de influência. Ainda na década de 60, o país forneceu formações militares de técnicas de repressão, incluindo a tortura, dentro de espaços como o SNI e a Escola Superior de Guerra. Além disso, recebeu diversos líderes de serviços de inteligência para transferência de métodos contrarrevolucionários, inclusive de países que mais tarde integraram a Operação Condor, como Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai, à medida em que se transformavam em governos ditatoriais (McSherry, 2005, p. 85-6), com o auxílio do Brasil, como já mencionado anteriormente.

Entre o final da década de 60 e o início dos anos 70, o Brasil começou a atenuar o seu alinhamento automático com os Estados Unidos e buscou posições de influência regional, além de maiores conexões com seus vizinhos. Nesse mesmo momento, governos considerados alinhados à ideologia comunista ganham espaço em países do Cone Sul, como foi o caso de Salvador Allende²², eleito presidente no Chile, em 1973. O Brasil, influenciado por conceitos criados dentro da ESG, como a Doutrina de Segurança Nacional e, mais tarde, o plano Brasil- Potência²³, iniciou um processo de interferência no contexto político e militar desses países na intenção de garantir a segurança regional e, por conseguinte a sua própria, além de galgar espaço de influência política nesse ambiente entendido como estratégico (Alaggio, 2006 p. 14-5; 215; Freitas, 2014; McSherry, 2015, p. 67,84, 89).

A Teoria dos Círculos Concêntricos, idealizada nessa época dentro da Escola Superior da Marinha Naval, estabeleceu uma hierarquia de prioridades em que a "Bacia do Prata" era o primeiro foco, seguido pela América do Sul, depois pelo Hemisfério e, por fim, pelo Ocidente. No contexto da Operação Condor, a ênfase estava na proteção contra a influência das ideias comunistas, em vez de uma postura de contra-ataque. Isso se revelou fundamental para o estabelecimento das ditaduras na América do Sul e da própria operação, especialmente considerando a influência do Brasil nesse sistema (Martins, 1975; Sion, 2015).

Com a deflagração dos golpes militares nos países do Cone Sul²⁴, ocorridos quase que sequencialmente, o Brasil, precursor deste tipo de regime político, enviou forças militares e ligadas ao SNI para interrogatórios, tortura e coleta de exilados que já estavam sendo monito-

²¹ “Fundado em 1909, o SIS (ou MI6) existe para proteger o povo, a economia e os interesses do Reino Unido contra ameaças estrangeiras. Ajudamos outros países com quem partilhamos valores de democracia, direito internacional e direitos humanos universais” (Reino Unido, [s.d]) Tradução da autora

²²Salvador Allende governou o Chile por pouco menos de três anos após vencer as eleições em 1970 como candidato pela Unidade Popular (UP) (Aggio, 2023).

²³ Na obra "Brasil- Geopolítica e Destino", o general Carlos Meira Mattos argumenta que o Brasil possui os requisitos necessários para alcançar uma posição de grande potência global, destacando dimensão geográfica, população, recursos naturais, capacidade tecnológica e científica, e coesão interna como elementos favoráveis. Na década de 70, Mattos via o Brasil como uma potência média com potencial mundial, não apenas continental. O projeto Brasil-Potência, planejado para atingir seu auge durante o período Geisel e com execução prevista até 2000, dependia das ações de política externa e dos recursos disponíveis. Além disso, o autor ressaltava a responsabilidade do Brasil em assegurar a segurança regional, incluindo a faixa atlântica africana (Freitas, 2004, pp.77-9).

²⁴O primeiro deles ocorreu no Brasil, em 1964, seguido da Bolívia, no mesmo ano, e da Argentina, em 1966 e 1976. Em 1973, Chile e Uruguai seguiram estes países e instauraram ditaduras civis militares.

rados nesses países. Os Esquadrões da Morte brasileiros já se faziam presentes na região mesmo antes da deflagração da fase 3 da Operação Condor. A partir do início da ditadura chilena, em 1973, a cooperação entre esses países para garantir o terrorismo de estado²⁵ começa a tomar linhas institucionais, oficializadas na Condor a partir de 1975 (McSherry, 2005, p. 88).

No que se refere à participação do Brasil nesse contexto, informações contidas em documentos abertos ao público em 2001 pela CIA, datados de 12 de agosto de 1976, revelam que o país concordou em cooperar na troca de informações, mas recusou-se a se envolver em operações além das fronteiras geográficas do continente (Phase III). Essa atitude do Brasil pode ser atribuída ao ambiente político vigente na época, já que o país se encontrava em uma situação politicamente favorável ao Governo, com os grupos revolucionários praticamente aniquilados e sem lideranças significativas operando no exterior (Souza, 2011, p. 07).

Apesar de não ter contribuído ativamente para as ações da Condor fora do Cone Sul e não ter integrado os assassinatos cometidos pelos Esquadrões da Morte durante a Phase III da operação, é inegável a centralidade do Brasil nesse processo. Ao se estabelecer como o primeiro regime ditatorial no Cone Sul, em 1964, o país tomou a dianteira na formulação de técnicas, conceitos e modelos de repressão e combate à ideologia comunista. Por isso, ainda que não tenha tomado a liderança da operação, a influência brasileira foi definitiva no processo de constituição dos governos militares e organização dos serviços de repressão no momento pré-Condor.

Além disso, a relação estabelecida com os Estados Unidos e o alinhamento histórico da sua política externa com ideologias norte-americanas, estimulou o entendimento do Brasil como um canal de ligação inicial entre os interesses estadunidenses e os países do Cone Sul. Esse fator contribuiu para as ideias em formação no estudo da geopolítica brasileira, encabeçada dentro da Escola Superior de Guerra, e dos planos estratégicos ligados à projeção do país como uma potência sub-regional que se pretendia global. Esses elementos serão analisados a partir da teoria do Realismo Periférico no item seguinte.

3.2 A ação do Brasil na constituição de outras ditaduras sul-americanas

Ainda levando em consideração o papel brasileiro na institucionalização da Operação Condor no Cone Sul, destaca-se a sua contribuição para a queda dos governos democráticos durante a década de 70. O Brasil atuou em parceria com os Estados Unidos para a derrocada dos governos taxados como subversivos e na constituição de ditaduras alinhadas ao bloco ocidental no lugar (Gil Silva, 2010, p. 02).

Evidencia-se a intervenção do Brasil em dois casos principais: o golpe militar no Uruguai e o golpe militar no Chile, ocorridos em 1973. Em ambos os casos, a interferência brasileira começou com o apoio a grupos de oposição nesses países no momento pré-eleição presidencial. Durante o processo eleitoral uruguaio, houve preocupação por parte do governo brasileiro com a intensa agitação de sindicatos, setores estudantis e grupos de esquerda no país vizinho, dado que nos últimos anos o próprio Brasil vinha enfrentando resistência por parte de grupos revolucionários ligados à esquerda. Nesse momento, o CIEEx monitorava a atividade dos Tupamaros²⁶ e o SNI chegou a fornecer armamento para grupos opositores alinhados com o anti-comunismo (Gil Silva, 2010, p. 04-06; Reis, 2012, p. 40).

²⁵ Se caracterizam como terrorismo de Estado, ações organizadas por meio de grupos secretos, paramilitares e polícias. Esses atuam com métodos ilegais, enquanto o Estado nega publicamente sua existência e se isenta de responsabilidade por suas ações (Spitta, 1993, p. 158).

²⁶ O Movimento de Libertação Nacional era um grupo revolucionário popularmente conhecido como Tupamaros (de Tupac Amaru, o último imperador inca, assassinado pelos espanhóis em 1571). Foi fundado em 1963 por e concentrou quase toda a sua atividade em Montevidéu e seus arredores, onde vivia mais de 60% da população (Altman, 2009).

Dois anos antes dos referidos golpes, ainda em 1971, em viagem aos Estados Unidos, o Presidente Médici (1979-1964) informou ao, então, presidente Richard Nixon (1979-1962 R) sua preocupação com os rumos da eleição uruguaia e a intenção brasileira em contribuir para o resultado desse processo. Médici se referia à Operação Trinta Horas, concebida em conjunto pelos serviços de inteligência argentino e brasileiro, que tinha por finalidade manter durante 30 horas tropas na fronteira uruguaia durante o processo eleitoral, intervindo militarmente na região caso o resultado apontasse uma vitória indesejada para os interesses estadunidenses e em segunda ordem, brasileiros (Reis, 2012, p. 40-1).

No caso do Chile, o Brasil também apoiou a desestabilização da política interna do país. Contudo, esse processo ocorreu após a eleição de Salvador Allende. O objetivo era auxiliar atividades conspiratórias, a fim de depor o governo socialista instaurado por Allende. Para isso, há registro de diversos intercâmbios entre os oficiais brasileiros e oficiais do Exército chilenos, contrários ao governo de Allende. Segundo informações do CIEEx, oficiais do exército chileno mencionavam o “modelo brasileiro” como exemplo bem-sucedido de tomada do poder, em referência a derrubada de João Goulart do governo, em 1964 (Gil Silva, 2010, p. 14-5; Simon, 2021).

A participação nesses golpes estava na mesma categoria da decisão do Brasil de não assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear²⁷ com o intuito de investir no desenvolvimento de energia nuclear, e da expansão da zona de influência a partir da “Fronteira Leste” (África Ocidental), ou seja, uma conexão política e econômica com os países do terceiro mundo que emergiram no Sistema Internacional. Essas ações eram fruto do paradigma desenvolvimentista da PEB, com medidas mais independentes em relação aos interesses estadunidenses, retomando a tentativa da PEI iniciada em Quadros e que só alcançaria o seu auge no governo Geisel (1974-79) (Moniz Bandeira, 2013, p. 406-410).

Apesar de convergir com os interesses dos Estados Unidos para a região naquele momento, a intervenção do Brasil na implementação desses regimes militares nos países do Cone Sul era auto-interessada, cujas raízes ideológicas não só advinham da DSN, mas também se alinhavam à necessidade do governo Médici de se diferenciar de países do Terceiro Mundo e buscar reconhecimento enquanto potência emergente de crescente influência regional. A intenção brasileira não era alterar a ordem vigente no SI, ou seja, romper a ligação ideológica e política com os EUA, mas sim provocar uma mudança na sua posição dentro da hierarquia do sistema (Moniz Bandeira, 2013, p. 413, p. 469).

Inclusive, após a oficialização desses governos militares na Bolívia (1971), Chile e Uruguai (1973), a partir da década de 70, o Brasil expandiu suas fronteiras econômicas e firmou acordos de cooperação e investimentos financeiros por toda a região. Os acordos incluíam troca de suprimentos e fornecimento de produtos faturados entre esses países. Outro evento resultante desse processo, foi o estabelecimento do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, que procurou a integração territorial entre países, não só do Cone Sul, mas da América Latina como um todo, além de aliar o caráter político de posicionamento do Brasil ao lado desses países subdesenvolvidos, retomando o discurso de alinhamento norte-sul (centro-periferia) e não mais exclusivamente leste-oeste (Moniz Bandeira, 2013, p. 470, p. 554).

Mais uma vez, a importante conexão política do Brasil com os países do Cone Sul demonstrou a influência do pensamento geopolítico brasileiro da época, voltado para a expansão como uma potência sub-regional. Dentro do processo de estabelecimento e atuação na Operação Condor, ainda que não haja comprovação direta de ligação, fica clara a relação causal

²⁷ O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares entrou em vigor em 1970 e tem como objetivo impedir a disseminação de armas nucleares, promover a cooperação no uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos e promover o objetivo de alcançar o desarmamento nuclear (ONU, 2023).

desses e da PEB, objetivando a projeção de poder sub-regional e a evolução do Brasil na hierarquia do SI com o aprofundamento das relações entre os países do Cone Sul.

4 BRASIL E OPERAÇÃO CONDOR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO REALISMO PERIFÉRICO

Este item objetiva analisar a participação do Brasil na Operação Condor usando o Realismo Periférico como aporte teórico. Está dividido em três partes: a primeira traz um recorte histórico da construção da teoria, o momento das teorias de Relações Internacionais a qual se inseriu e as influências de Carlos Escudé para a sua produção; a segunda parte apresenta os conceitos da teoria, suas continuidades e ruptura em relação ao realismo, às críticas feitas ao debate teórico de RI e a sua relação com o tema de análise. Na última parte deste item, são apresentadas as correlações entre os conceitos teóricos do Realismo Periférico e as ações da PEx brasileira no contexto da Operação Condor, concluindo qual a classificação desse momento histórico dentro da ótica de Escudé.

O Realismo Periférico (RP) é uma teoria de Relações Internacionais, produzida em meados da década de 90 na Argentina, sendo considerada a teoria mais influente da área produzida na América Latina. Seu idealizador e expoente é Carlos Escudé, cientista político cujo cargo de assessor do Ministro de relações exteriores do país, Guido Di Tella durante o governo Menem (1989-1999) influenciou a construção de seu pensamento teórico. Escudé realizou parte dos seus estudos na universidade de Yale e foi professor visitante na Universidade de Harvard. Como integrante do Conselho Nacional de Investigações Científicas da Argentina desenvolveu a teoria do RP, a qual se dedicaram às suas principais publicações (Schenoni; Escudé, 2016, p. 01-02).

O pensamento de Escudé é amplamente influenciado pelo contexto político da América Latina na época, em especial da Argentina. Nesse momento, os países latinos experimentaram uma intensa onda neoliberal com o fim da Guerra Fria e, portanto, com a ideia de que o socialismo real tinha terminado. As medidas econômicas adotadas por esses países eram importadas dos grandes centros, desenvolvidos na figura de instituições financeiras internacionais como o Consenso de Washington²⁸, o Banco Mundial e o FMI²⁹ (Escudé, 2012, p. 04).

A partir da redemocratização, boa parte dos países latinos precisaram incluir em suas agendas pacotes econômicos sob a justificativa de alcançar o desenvolvimento, pensamento inclusive defendido pelos cepalinos³⁰. Havia a expectativa de que a adesão de medidas liberalizantes na economia reduziria os efeitos negativos da inserção tardia no mundo globalizado. Com o fracasso econômico dessas medidas, abriu-se espaço para o debate acerca da influência de países desenvolvidos na América Latina e a extensão de suas consequências, da qual o Realismo Periférico é parte importante (Escudé, 2012, p. 04; Carvalho, 2010, p. 22).

²⁸ O "Consenso de Washington," termo criado por John Williamson, visava alcançar estabilidade econômica, controle da inflação e crescimento sustentável através de medidas como disciplina fiscal, investimentos em saúde e educação, reforma tributária, privatizações, liberalização econômica e proteção da propriedade privada (Martins, [s.d.]).

²⁹ O Banco Mundial e o FMI foram criados em 1945, nos acordos de Bretton Woods, O Banco Mundial assumiu o papel de principal financiador para países em desenvolvimento, enquanto o FMI ficou encarregado de estabilizar as taxas de câmbio e, posteriormente, combater a pobreza nos países do Terceiro Mundo (Zawadzky, [s.d.]).

³⁰ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é uma das comissões econômicas regionais da ONU, e foi estabelecida em 1948, com sede no Chile. Seu objetivo central é promover o desenvolvimento econômico na América Latina e no Caribe, destacando-se pela abordagem única em relação às teorias convencionais. Teóricos como Raúl Prebisch (1901-1986) da Argentina e Celso Furtado (1920-2004) do Brasil foram importantes na elaboração dessa perspectiva (Alves, V. 2020).

Além disso, o contexto argentino, tanto doméstico como a partir da ótica sistêmica, foi determinante para o ponto de partida da análise do RP. Para Escudé, a profunda crise enfrentada pelo país tinha duas raízes principais: a sua neutralidade durante a Segunda Guerra e a contraposição com os EUA e a deflagração da Guerra das Malvinas³¹ contra o Reino Unido em 1982. Devido a esses gargalos, o país perdeu gradativa influência sub-regional para o Brasil, que adotou medidas alinhadas a interesses centrais (Escudé, 2015, p. 04).

Durante a administração de Carlos Menem, do qual Escudé foi integrante, a Argentina adotou o alinhamento com os EUA para buscar seu desenvolvimento, diferindo do seu posicionamento histórico de oposição ao líder regional. Dentro da lógica do Realismo Periférico, o argumento empreendido foi que a política de neutralidade adotada pela Argentina durante a Segunda Guerra Mundial que, em linhas práticas não havia sido nada neutra, foi prejudicial ao desenvolvimento do país por atrair boicotes de grandes potências. A Argentina do fim do século XX deveria, na visão de Escudé, buscar o alinhamento com o centro (Battaleme, 2016, p. 13; Carvalho, 2010, p. 14).

Em 1992, Escudé lança seu primeiro livro *Realismo Periférico*, inspirado na experiência da política externa argentina até então e abordando a parte normativa da teoria. Cinco anos depois, ele lançou *Foreign Policy Theory in Menem's Argentina*, que traz fatores mais explicativos em relação ao seu pensamento, ambas apresentavam uma reinterpretção da história das relações internacionais argentinas a partir de uma ótica periférica, criticando a exportação de conceitos teóricos de países centrais (Escudé, 2012, p. 02-04).

Por ser associada a um governo bastante criticado por sua política econômica, a teoria recebeu bastante atenção nos anos 90. Nos anos 2000, frente a derrocada da Argentina de Menem, a crise da hegemonia estadunidense e a ascensão da China como grande potência; somada ainda ao acesso público a documentos abertos pelos governos dos EUA e do Reino Unido, em relação a medidas em resposta à resistência argentina em se alinhar, Escudé revisitou a teoria e a atualizou, através da publicação de três artigos, entre os anos de 2012 a 2014, agora com novas análises da dinâmica do SI, mas seguindo a lógica centro-periferia (Escudé, 2012, p. 03-04).

O Realismo Periférico se destaca como uma teoria de Relações Internacionais produzida na América do Sul, com recorte de análise periférico. Seus conceitos, apesar de inspirados em definições normativas do Realismo, buscam adaptar verdades teóricas já estabelecidas para um ponto de vista local e faz adaptações buscando o fim da importação de teorias produzidas no centro. O tópico a seguir abordará os principais conceitos teóricos criados por dentro do RP e as continuidades e rupturas em relação a teoria neorrealista vigente durante a década de 90.

4.1 Conceitos fundamentais do Realismo Periférico

O Realismo Periférico parte do princípio de que os Estados componentes do sistema internacional possuem diferentes níveis de influência. Segundo o RP, Estados considerados mais fracos não podem alcançar certos níveis de autonomia³² frente a grandes potências sem sacrificar o bem-estar de sua população. Escudé parte de uma divisão entre centro e periferia³³ na qual o centro é composto pelos países componentes do Conselho de Segurança da ONU que possuem poder de veto, ou seja, Japão e Alemanha, em razão de sua importância econômica. Os outros países são qualificados nesta teoria como Estados periféricos, que apesar de

³¹ A Guerra das Malvinas, ocorrida em 1982, foi único conflito armado entre uma potência nuclear e um estado latino-americano, em razão da reivindicação do território das Malvinas (ou *Falkland Islands*) tanto por Argentina quanto pelo Reino Unido (Padinger, 2022).

³² Uso da definição de autonomia feita por Escudé, 2012, p.103.

³³ Nomenclatura definida pela CEPAL (Escudé, 2012, p. 11).

ocuparem diferentes posições hierárquicas, ainda assim estariam expostos a interferência externa dessas superpotências (Escudé, 2012, p. 02-04; Escudé, 2015, p. 26-28).

A crítica ao conceito de anarquia no Sistema Internacional é um dos fundamentos centrais do RP. Para Escudé, diferente do que defendiam os neorrealistas, como Kenneth Waltz³⁴, o SI não é equilibrado e igualitário. Ainda que a anarquia funcione entre os países qualificados acima como grandes potências, o princípio ordenador do sistema internacional é uma proto-hierarquia, ou seja, uma combinação entre a anarquia e a hierarquia, na qual os países podem ser divididos entre: *rule makers*, *rule takers* e *rule breakers*. Os *rule makers* seriam as grandes potências, os países responsáveis por ditar as regras do jogo e os que mais quebram as quebram. Os *rule takers* são países que não têm força suficiente para questionar essas regras, a não ser que arrisquem seu bem-estar socioeconômico. Por fim, os *rule breakers* ou rebeldes seriam os países dispostos a ir contra as determinações vigentes, ainda que não tenham forças suficientes para forjar as próprias regras (Escudé, 2015, p. 26-28).

Escudé ainda delimita uma subdivisão entre os *rule takers*: há aqueles que são capazes de garantir a própria segurança frente a outros estados periféricos vizinhos (também *rule takers*) e os que, mesmo dispondo do aparato Estatal administrativo e jurídico não são capazes de garantir a própria sobrevivência sozinhos. O autor reconhece a possibilidade de existir outras subdivisões a partir de diferentes necessidades de análise, o que amplifica a capacidade de abordagem teórica do Realismo Periférico. Por fim, os países a serem comparados devem ter um mínimo de uma dimensão próxima, ou seja, compatíveis em capacidade, como países emergentes (Índia e Brasil) grandes potências (China e Estados Unidos) e não uma comparação entre as capacidades de China e Argentina (Escudé, 2012, p. 22; Escudé, 2015, p. 26-28).

Para o RP, em um sistema internacional hierárquico, o nível de autonomia de um Estado é definido pelo seu nível de poder, ou seja, quanto mais periférico um é, mais ele será coagido a jogar segundo as regras do jogo, regras essas estabelecidas pelos países centrais; a não ser que, com o intuito de alcançar maior liberdade de ação, o Estado submeta sua população a pagar o preço das represálias do sistema (Schenoni; Escudé, 2016, p. 04).

Contudo, mesmo os países centrais estão sujeitos a seguir certos limites impostos, já que também precisa balancear os interesses e necessidades de sua população; a única maneira de obter liberdade de ação ilimitada seria, então, por meio de um governo autocrático. Para tanto, Escudé demonstra a seguinte equação: “Liberdade ilimitada frente ao mundo = Tirania interna absoluta”³⁵. Seguindo esse ponto de vista, um país com tendências autocráticas teria maiores chances de ser uma grande potência externa que um país democrático (Escudé, 2012, p. 22).

Um exemplo clássico dessa dinâmica entre *rule makers* e *rule takers* foi a Guerra das Malvinas, em que a Argentina (*rule taker*) assumiu o posicionamento de questionar e confrontar o Reino Unido (*rule maker*), que possui apoio histórico dos Estados Unidos, grande potência com poder de veto dentro do Conselho de Segurança da ONU. As consequências disso, segundo Escudé, foram as perdas militares, econômicas e políticas para o país, que não tinha poder hierárquico suficiente para questionar a ordem imposta e, para isso, colocou o bem-estar de sua população em jogo (Escudé, 2015, p. 09).

Outra crítica ao neorrealismo, e ponto fundamental da teoria, é o entendimento do Estado como unidade única de análise, juntando em um único conceito a ideia de nação, governo, Estado e estadistas. Para o Realismo Periférico, o Estado não é uma caixa preta, como consideram neorrealistas estruturais a partir de um ponto de análise sistêmica. É preciso, se-

³⁴ Doutor em ciência política pela Universidade de Columbia, principal nome do neorrealismo estrutural (Gradyva, [s.d]).

³⁵ tradução livre de: 'LIBERTAD' ILIMITADA DE UN ESTADO FRENTE AL MUNDO] = [TIRANÍA INTERNA ABSOLUTA”

gundo o RP, levar em consideração as diferenças internas de cada Estado, como cultura, regime político, estrutura social, entre outras variáveis domésticas, as quais influenciam na construção da política externa desses países. Nesse sentido, a inclusão de outros pontos de análise que não o sistêmico, fazem do Realismo Periférico uma teoria incluída na onda do Realismo Neoclássico a partir da década de 90 (Schenoni; Escudé, 2016, p. 02-03).

A solução encontrada por Escudé para essa lacuna foi dividir conceitualmente as racionalidades distintas de uma política externa, sendo elas: cidadão-cêntrica, estado-cêntrica, governo-cêntrica e estadista-cêntrica. O Realismo Periférico se enquadra como uma teoria de racionalismo cidadão-cêntrico, ou seja, entende o Estado como um ente voltado à proteção dos interesses do cidadão e que não possui um fim em si mesmo, direcionando sua política externa nesses esforços a partir de um contrato social estabelecido democraticamente com a população (Carvalho, 2010, p. 37).

Por fim, Escudé critica a noção de que a Segurança é o elemento central do interesse de um Estado. Para ele, o interesse nacional também pode ser definido pelo bem-estar social e desenvolvimento econômico, a depender do contexto interno de cada país. Nesse sentido, a teoria se aproxima do pensamento neorrealista pós-clássico e a partir da década de 90 trará discussões e análises em que o interesse nacional de um estado é considerado como a busca por desenvolvimento econômico (Schenoni; Escudé, 2016, p. 01-02).

Os conceitos teóricos do Realismo Periférico buscam se aproximar da realidade de países fora do eixo central do Sistema Internacional, passíveis de interferências externas, além disso, aborda como as suas ações, principalmente no âmbito internacional, devem considerar essas assimetrias para buscar o seu desenvolvimento. Apesar de estar ligado diretamente à experiência argentina durante o século XX, o RP traz análises pertinentes ao cenário político brasileiro, enquanto país também periférico. Ao contrário do seu vizinho, o Brasil buscou um posicionamento de alinhamento com a ordem central, o que determinou recortes importantes de sua política externa. O próximo tópico trata justamente da correlação entre o RP e a atuação do Brasil na Operação Condor dentro de um contexto de projeção de poder sub-regional.

4.2 Operação Condor: Brasil como potência sub-regional ou rule taker?

De acordo com o argumento do Realismo Periférico, a melhor estratégia de um *rule taker* para buscar avançar na hierarquia do sistema internacional, de forma a não comprometer o bem-estar da sociedade, reside na adoção de uma política externa cidadão-cêntrica e, portanto, alinhada às regras estabelecidas pela ordem vigente (*rule makers*). O caso argentino foi inicialmente o principal exemplo de como se posicionar contrariamente a essa ordem pode prejudicar o desenvolvimento econômico e a estabilidade de um país, mais recentemente o caso da China, tomando o caminho oposto, integrou a análise e o argumento de que ao não buscar agir conforme as regras estabelecidas o país obteve mais êxito em ascender hierarquicamente. (Escudé, 2012, p. 07; Escudé, 2012, p. 28) Para o internacionalista argentino, a lógica básica de um *rule taker* bem sucedido inclui a participação nos regimes internacionais, a celebração de Tratados Internacionais e o estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas com países do centro (Escudé, 2012, p. 28).

No contexto da Operação Condor, o posicionamento do Brasil em relação aos países centrais, com destaque para os Estados Unidos, foi classificado pelo RP como um posicionamento clássico de um *rule taker*, ponto que levou inclusive, segundo Escudé, a inversão de papéis de influência regional entre a Argentina e Brasil gradativamente durante o século XX (Escudé, 2015, p. 04).

Os pontos de convergência desse alinhamento foram descritos normativamente pelo RP no contexto da reformulação da política externa argentina. Foram eles: o alinhamento explícito com o ocidente; a retomada das relações diplomáticas com o Reino Unido; a ratificação do Tratado de Tlatelolco e a adesão ao Tratado de não Proliferação Nuclear e a desativa-

ção do projeto de míssil balístico (Cóndor II) em parceria com o Iraque, além do fortalecimento das relações dentro do Mercosul, em especial, com o Brasil, que poderia constituir-se em uma aliança estratégica de contrabalanceamento nos momentos de discordâncias com as propostas estadunidenses (Escudé, 2012, p. 34-35).

Esses pontos, apesar de construídos para a realidade Argentina de 90, podem ser identificados de maneira mais geral em ações que marcaram a política externa brasileira desde a Segunda Guerra até o seu ápice no relacionamento com os Estados Unidos, durante o funcionamento da Operação Condor. Já que são parte da estrutura proto hierárquica que marca o relacionamento de *rule makers* e *rule takers*.

Algumas ações que podem ser consideradas marcas dessa relação de *rule taker* do Brasil em relação aos países centrais, em especial os Estados Unidos durante o período antecedente e após o início da Operação Condor. São elas:

- a) a adesão a regimes interamericanos: a Organização dos Estados Americanos, a Doutrina Truman, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Junta Interamericana de Defesa;
- b) a participação em intervenções estadunidenses em países da América Latina como a Revolução Guatemalteca;
- c) a participação em golpes militares no Cone Sul em nome da ideologia anticomunista;
- d) a reprodução de estruturas militares estadunidenses dentro do aparelho estatal brasileiro como a Escola Superior de Guerra, a DSN de Golbery e o SNI.
- e) a abertura econômica para recebimento de capitais e investimentos público-privados desses países como a criação da OPA o BID e Aliança para o Progresso.

Esses elementos constituíram boa parte do paradigma desenvolvimentista da PEx brasileira vigente, e estiveram, direta ou indiretamente, conectados com o estabelecimento do Governo ditatorial no Brasil e da sua participação central na Operação Condor, sempre numa posição de intermediador dos interesses estadunidenses para o Cone Sul, e aos poucos estimulando a presença do Brasil como potência sub-regional em detrimento da Argentina.

Nesse sentido, é possível afirmar que a participação do Brasil nesses eventos, sendo a Operação Condor um uma consequência desse processo, possibilitou a sua ascensão enquanto potência sub-regional no Cone Sul. Em contrapartida a outros países cujo posicionamento era distante ou questionador em relação aos interesses centrais, como Cuba, Guatemala e Argentina.

Apesar de ter buscado em alguns momentos uma política externa independente e autônoma, o Brasil sempre deixou claro que não almejava romper a ordem vigente, tanto que em nenhum momento se afastou do lado ideológico ocidental durante a Guerra Fria. As suas ações que buscavam ascensão hierárquica, como a não assinatura do TNP durante o Governo Médici e o apoio ainda independências de países do Terceiro Mundo ligados à esquerda, foram patrocinados, em parte pela massa de manobra de um regime autocrático e em parte pela posição de barganha em relação aos Estados Unidos. (Allagio, 2006; Escudé, 2012, p. 22)

A própria relação de cooperação com os países do Cone Sul, que outrora era de maior rivalidade, iniciada a partir dos mecanismos da Condor, esteve inserida numa dinâmica de barganha e interesse estadunidense, ou seja, dentro de uma lógica de regras ou necessidades estabelecidas por um país central.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Operação Condor foi uma colaboração entre países do Cone Sul, coordenada por um aparato multinacional liderado pelos EUA, de guerra psicológica para combater a subversão comunista. Esse operativo incluía treinamento militar e cooperação entre as ditaduras, além de esquadrões secretos com intuito de perseguir e reprimir supostos opositores ao regime. O pro-

cesso de institucionalização desses aparatos repressivos, mesmo antes do início da operação estudada evidenciaram a participação das agências americanas nesse processo. A influência dos EUA na formação e direcionamento da Condor, principalmente durante a Guerra Fria, quando a política externa norte-americana priorizava conter a influência comunista em toda América Latina foi incontestável (Scaliante, 2010, p. 08; 11-13).

O Brasil constituía-se em ponto estratégico nesse processo, para os EUA. Era necessário manter o Brasil "livre" de influências subversivas e da presença ideológica de Moscou para garantir a segurança hemisférica, e, por extensão, a própria segurança dos EUA. O uso de acordos econômicos, nos quais investimentos eram oferecidos em troca do alinhamento do Brasil, facilitou a influência dos EUA na política interna brasileira, estabelecendo o país como porta-voz dos interesses norte-americanos na região (Scaliante, 2010, p. 41-2).

Nesse momento, o Brasil buscou se diferenciar da classificação de país de Terceiro Mundo para galgar espaços de influência, por meio da sua política externa. Durante o período militar, o Brasil assumiu um papel mais proeminente na disseminação da ideologia liberal e na supressão da subversão nos países vizinhos. Os primeiros encontros bilaterais e as trocas de inteligência que deram origem à Operação Condor tiveram o Brasil como protagonista central (Moniz Bandeira, 2013, p. 406-410).

A participação do Brasil destaca-se em dois eventos-chave: o golpe militar no Uruguai e o golpe militar no Chile, ambos ocorridos em 1973. Em ambos, a influência brasileira teve início com o apoio a grupos de oposição durante o período pré-eleitoral e quase envolveu a intervenção militar, como o planejamento da Operação 30 horas para invasão do Uruguai caso o candidato da esquerda vencesse (Gil Silva, 2010).

Embora a anarquia exista, para o Realismo Periférico, ela ocorre apenas entre os cinco países do Conselho de Segurança da ONU) com poder de veto, vale dizer, China, EUA, França, Grã-Bretanha e Rússia e a Alemanha, por seu poder econômico junto ao continente europeu. A relação destes com os demais países é estabelecida a partir do princípio da hierarquia. É por essa razão que o Sistema Internacional é anárquico apenas para um grupo de países, para os outros (periféricos) o que existe é uma proto-hierarquia. A periferia, especialmente em contextos internacionais, deve levar em conta tais disparidades para promover seu desenvolvimento. Nesse sentido, utilizou-se a nomenclatura proposta por Escudé, de *rule makers*, *rule takers* e *rule breakers*, como ponto de partida de entendimento das ações perpetradas pelo Brasil dentro da Operação Condor (Escudé 2012, 2015, 2016).

A partir das análises empreendidas ao longo dessa pesquisa foi possível comprovar que a atuação brasileira durante a operação Condor foi correspondente a atuação de um estado *rule taker*: alinhado com as regras vigentes impostas pelos países centrais, nesse contexto pela ideologia do bloco ocidental imposta pela hegemonia estadunidense. Além disso, o país imprimiu seus próprios objetivos nesse processo, usando da posição de *rule taker* para buscar o desenvolvimento, aqui enquadrado como projeção de poder sub-regional, perspectiva também explorada por Escudé.

É possível notar esses aspectos a partir de ações empreendidas pelo Brasil e citadas no tópico anterior, foram elas: a adesão a organizações interamericanas, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Junta Interamericana de Defesa; o envolvimento em intervenções dos Estados Unidos em nações latino-americanas, como na Revolução Guatemalteca; a participação em golpes militares no Cone Sul em nome da ideologia anticomunista; a replicação de estruturas militares dos EUA no aparato estatal brasileiro, como a Escola Superior de Guerra, a DSN de Golbery e o SNI; e, por último, a abertura econômica para receber investimentos público-privados desses países, exemplificada pela criação da OPA, o BID e a Aliança para o Progresso.

Os tópicos expostos por Escudé para determinar a ação de países bem-sucedidos em subir na hierarquia imposta a partir da aceitação das regras do sistema envolvem justamente

esses pontos. Para Escudé, ao seguir o alinhamento com os *rule makers*, manter relações diplomáticas e econômicas com países da região e aderir a tratados e regimes internacionais alinhados a esses interesses, um país seria mais assertivo em buscar o desenvolvimento. Sendo assim, nota-se que mesmo antes da adesão à Condor, durante a sua construção de política externa e os paradigmas empreendidos na PEB especialmente no pós-segunda guerra, essa era a estratégia brasileira, ainda que muitas vezes não tenha sido expressa. Alguns momentos se configuram como auge desse processo, é o caso da OPA, do Golpe Militar e da Operação Condor, momento o qual se dedica esse trabalho.

Por fim, a partir dos rumos empreendidos nesta pesquisa, explicita-se a necessidade de enriquecer o debate sobre esse recorte com análise de fontes e documentos primários ligados a ação do governo brasileiro. Além disso, destaca-se a relevância do estudo individual para algumas temáticas citadas ao longo desse artigo, como a Operação Pan americana e o Projeto Brasil- Potência, que trazem também uma demonstração das ações da PEx brasileira a partir e uma outra perspectiva.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, A. **Há 50 anos chegava ao fim o Chile de Allende**. Jornal da Unesp, 11 set. 2023. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2023/09/11/ha-50-anos-chegava-ao-fim-o-chile-de-allende/>>. Acesso em: 6 nov. 2023
- ALAGGIO, Ricardo. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. 2006. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.: Universidade Estadual de Campinas, 18 dez. 2006.
- ALTMAN, M. **Tupamaros foram guerrilha mais eficaz da América do Sul. Opera Mundi**, 10 2009. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/1730/tupamaros-foram-guerrilha-mais-eficaz-da-america-do-sul>>. Acesso em: 6 nov. 2023
- ALTMAN, M. **Podcast Hoje na História: 1954 - Dwight Eisenhower apresenta ao mundo “Teoria do Efeito Dominó**. 7 abr. 2021 Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/28199/hoje-na-historia-1954-dwight-eisenhower-apresenta-ao-mundo-teoria-do-efeito-domino>>. Acesso em: 6 nov. 2023
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/SP: Edusc, 2005.
- ALVES, V. **O pensamento econômico da CEPAL: uma apresentação didática**. Sobre Economia, 10 Jul. 2020. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/sobreeconomia/2020/10/07/o-pensamento-economico-da-cepal-uma-apresentacao-didatica/>>. Acesso em: 10 nov. 2023
- AMERISE, A. **Por que as duas Coreias seguem tecnicamente em guerra, 70 anos após acordo de cessar-fogo**. BBC News Mundo, 27 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxepl02jvk2o>>. Acesso em: 15 nov. 2023
- ARÉVALO, Raquel; KUHN, Bruno. **A Doutrina Monroe e suas influências: impactos nas Américas**. 2016. Disponível em <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8848>>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Da Diplomacia do Dólar à Diplomacia da Boa Vizinhança: continuidades e diferenças na política dos Estados Unidos para a América Latina (1898-1933)**. Nova Economia, v. 25, p. 59-80, 2015.

BBC NEWS BRASIL. **Morre embaixador dos EUA no Brasil na época do golpe de 64.** BBC, 21 Dec. 2009.

BATTALEME, Juan. **Realismo periférico y dobles periferias: la política de seguridad internacional de Chile y Argentina frente al ascenso de Brasil y la preponderancia norteamericana.** POSTData, v. 21, n. 1, p. 11-42, 2016.

BLUME, B. A. **Como ocorreu a revolução cubana? Politize**, 24 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/revolucao-cubana-historia/>>. Acesso em: 6 nov. 2001

BRAGA, Leonardo Marmontel. **Operação Condor: A internacionalização do terror.** Estudos Avanzados, Santiago, v. 1, n. 21, p. 111-136, 2014.

CALLONI, Stella. **Los Archivos del Horror del Operativo Cóndor.** 1998. Derechos Human Rights. Disponível em: <<https://www.derechos.org/nizkor/doc/condor/calloni.html>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CARVALHO, J. S. de. **A influência do realismo periférico nas relações entre Argentina, Brasil e Chile: da hostilidade a cooperação.** 2010. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-17122012-124735/en.php>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CARVALHO, Henrique A. **Serviço Nacional de Informações: Uma Abordagem Histórica.** [s.l.] Editora Appris, 2023.

CERVO, Amado Luiz. Paradigmas da política exterior: liberal-conservador, desenvolvimentista, neoliberal e logístico (cap. 3). In: CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2015, p. 249-347.

CNN. **Como foi o golpe no Chile em 1973? Relembre origem, responsáveis e consequências.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-foi-o-golpe-no-chile-em-1973-relembre-origem-responsaveis-e-consequencias/>>.

CUETO, J. C. **Crise dos Mísseis de Cuba: o evento que quase levou à guerra nuclear entre EUA e URSS.** BBC News Mundo, 21 out. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63309793>>. Acesso em: 15 nov. 2023

DO COUTO SILVA, G. **Planejamento Estratégico.** 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

ESCUDE, Carlos. El Realismo Periférico (Rp) y su Relevancia Teórica ante el Ascenso de China. **Desarrollo Económico**, V. 51, N. 204, p. 529-542, 2012.

ESCUDE, Carlos. Argentina's Grand Strategy in Times of Hegemonic Transition: China, Peripheral Realism and Military Imports. **Revista De Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, V. 10, N. 1, p. 21, p. 39, 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **50 anos do Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe – Tratado de Tlatelolco.** IPRI Repertório de Política Externa, 2 Summer 2017. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/repertorio/index.php/categorias/43-paz-e-seguranca-internacional/desarmamento-e-nao-proliferao/458-50-anos-do-tratado-de-proscricao-de-armas-nucleares-na-america-latina-e-no-caribe-tratado-de-tlatelolco>>. Acesso em: 10 nov. 2023

- MEMÓRIAS DA DITADURA. **Sérgio Paranhos Fleury**. [s.d.]. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>>. Acesso em: 15 nov. 2023
- FERNANDES, Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva**. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 16 de jul 2022.
- JESUS, Fernando Soares de. **O Cone Sul**. *Geografia Opinativa*. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.geografiaopinativa.com.br/2013/08/o-cone-su.html>>. Acesso em 10 nov. 2023.
- FERREIRA, Moisés Carlos. 2020. **Ditaduras em Conexão: Controle Vigilância e Representação entre Brasil e Argentina (1976-1980)**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em História Social.
- FGV. **Operação Pan-Americana (OPA)**. [s.d.]. Disponível em: <<https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/operacao-pan-americana-opa>>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- FREITAS, J. M. C. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed.,2004.
- GRADIVA. **Kenneth N. Waltz**. Disponível em: <<https://www.gradiva.pt/autores/9461/kenneth-n.-waltz>>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- GRANDIN, G. **A revolução guatemalteca**. São Paulo, UNESP, 2002.
- KORNBLUH, P. **The Pinochet file: A declassified dossier on atrocity and accountability**. 40. ed. New York, NY: New Press, 2013.
- KORNBLUH, P **Operation Condor Verdict: GUILTY!** (C. Osorio, Ed.)National Security Archive, 27 maio 2016. Disponível em: <<https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/southern-cone/2016-05-27/operation-condor-verdict-guilty>>. Acesso em: 10 nov. 2023
- MANDELBAUM, H. G. **O lugar do Brasil na América: a questão do Pan-americanismo na Terceira Conferência Internacional Americana de 1906 e seus reflexos no pensamento político brasileiro**. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092022-162148/pt-br.php>>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- MANZUR, Tânia M. P. G. A Política Externa Independente (PEI):antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, v. 93, 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/07.pdf>>.
- MARTINS, C. E. **Consenso de Washington. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**, [s.d.]. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-consenso-de-washington>>. Acesso em: 10 nov. 2023
- MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da Política Externa Brasileira na década 64/74. **Estudos CEBRAP**, no 12 de abril-junho, 1975, p. 55-98.
- MATTOS, Renata dos Santos de. **A dirección de inteligencia nacional (DINA), o terrorismo de estado no Chile e as relações com o imperialismo estadunidense (1973-1977)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019.
- MCSHERRY, J. **Patrice. Predatory States**. [s.l.] Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. [s.l.] Editora José Olympio, 2013.

OEA. **OEA - Organização dos Estados Americanos: Democracia para a paz, segurança e desenvolvimento**. 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. 2005. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva

OLIVEIRA, Janaína Quintanilha. 2005. **A intervenção da Organização dos Estados Americanos na República Dominicana: a participação do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O que você precisa saber sobre o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/08/1797352>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OSÓRIO, C.; ENAMONETA, M. **RENDITION IN THE SOUTHERN CONE: OPERATION CONDOR DOCUMENTS REVEALED FROM PARAGUAYAN “ARCHIVE OF TERROR”**. National Security Archive, 21 dez. 2007. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB239d/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2023

PADINGER, G. **40 anos após guerra, Argentina e Reino Unido ainda disputam Malvinas**. CNN Brasil, 6 Spring 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/40-anos-apos-guerra-argentina-e-reino-unido-ainda-disputam-malvinas/>>. Acesso em: 10 nov. 2023

REINO UNIDO. **SIS, About Us**. Disponível em: <<https://www.sis.gov.uk/about-us.html>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

REIS, Ramiro José. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre**. Ufrgs.br, 2012.

RIBERA, R. A guerra fria: breves notas para um debate. **Revista Novos Rumos**, v. 49, n. 1, 1969.

SCALIANTE, Elizabete Aparecida. **Políticas Coercitivas Da Operação Condor**. 2010. Dissertação. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. PUC- SP. São Paulo, 2010.

SCHENONI, Luís; ESCUDÉ, Carlos. Peripheral Realism Revisited. **Revista Brasileira de Política Internacional**, V. 59, N. 1: e002, 2016.

SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à Alca**. 5ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão** – uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. **O serviço secreto do Itamaraty - PDT**. PDT – Nacional PDT, 23 jul. 2007. Disponível em: <<https://pdt.org.br/index.php/o-servico-secreto-do-itamaraty/>>. Acesso em: 10 nov. 2023

GIL SILVA, V. (2010). **O papel intervencionista da ditadura civil-militar brasileira na América do Sul**. *Revista História Social*, (18), 177–196. Disponível em: <<https://doi.org/10.53000/hs.vi18.357>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SIMON, R. O. **Contra a Democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul**. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

SION, Vitor Loureiro. **O Processo de Tomada de Decisão em Política Externa no Brasil entre 1964 E 1974 à Luz das Atas das Reuniões do Conselho de Segurança Nacional**. 2015. Dissertação. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP). Belo Horizonte, 2015.

SOA Watch. **SOA Manuals**. 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://soaw.org/soa-manuals>>. Acesso em: 10 nov. 2023

SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Revista Aedos UFRGS**. Num. 8, vol 3. Jan-Jun 2011.

SPITTA, A. **Raices ideologicas da “guerra sucia” em America Latina**. Revista de Filosofia da Universidade de Costa Rica, San José, n. 76, 1993. Disponível em: <[http://www.inif.ucr.ac.cr/recursos/docs/Revista%20de%20Filosof%C3%ADa%20UCR/Vol.%20XXXI/No.%2076/Arnold%20Spitta.%20Raices%20ideol%C3%B2gicas%20de%20la%20guerra%20sucia%20en%20America%20Latina%20\(en%20especial%20Argentina\)>.pdf](http://www.inif.ucr.ac.cr/recursos/docs/Revista%20de%20Filosof%C3%ADa%20UCR/Vol.%20XXXI/No.%2076/Arnold%20Spitta.%20Raices%20ideol%C3%B2gicas%20de%20la%20guerra%20sucia%20en%20America%20Latina%20(en%20especial%20Argentina)>.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ZAWADZKY, K. **1945: Fundação do FMI e do Banco Mundial**. DW, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1945-funda%C3%A7%C3%A3o-do-fmi-e-do-banco-mundial/a-358559>>. Acesso em: 10 nov. 2023

ANEXO A – TABELA 1

Tabela 3 – Assistência da “Aliança para o Progresso” ao Brasil – Ago/61 a Jun/68

ESPECIFICAÇÃO	MONTANTE (US\$ milhões)
1. ESTABILIZAÇÃO	877,2
a) EXIMBANK	92,2
b) Tesouro dos EUA	70,0
c) USAID - Novembro de 1961	74,5
d) USAID - Abril/63	25,5
e) USAID - Junho/64	50,0
f) USAID - Dezembro/64	150,0
g) USAID - Fevereiro/66	150,0
h) USAID - Março/67	100,0
i) FMI- Compensatório de Maio/63	60,0
j) FMI – Stand-by de Janeiro/65	75,0
k) FMI – Stand-by de Fevereiro/67	30,0
2. PROJETOS DE INVESTIMENTO	1.189,8
a) USAID	365,2
b) BID-Fundo Fiduciário	62,1
BID-Fundo de Capital Ordinário e Fundo de Operações Especiais	438,4
c) BIRD	269,1

d) EXIMBANK	55,0
3. ACORDOS DO TRIGO	366,6
4. ALIMENTOS PARA A PAZ (doação)	207,6
a) Título II	97,9
b) Título III	109,7
5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Ponto IV)	97,5
TOTAL GERAL	2.738,7

Fonte: BRASIL. Ministério do Planejamento. Aliança para o Progresso. Relatório de 1967. Brasília. 1968. *apud* Alaggio, 2006. Nota: Dólares conforme valores apropriados pelo Orçamento Americano, nos anos especificados.

ANEXO B – TABELA 2

Tabela 2 – Ajuda Americana aos países Latino-Americanos em ordem decedente. 1950-1972.

País	Valor	Percentual
1. Brasil	1.453,1	25,3
2. Colômbia	971,7	16,9
3. Chile	649,7	11,3
4. Bolívia	460,6	8,0
5. Rep. Dominicana	350,2	6,1
6. Peru	226,7	3,9
7. Panamá	208,5	3,6
8. Guatemala	206,4	3,6
9. Equador	181,8	3,2
10. Nicarágua	148,5	2,6
11. Argentina	135,9	2,4
12. Honduras	125,9	2,2
13. Costa Rica	115,4	2,0
14. El Salvador	100,4	1,7
15. Paraguai	98,4	1,7
16. Haiti	87,4	1,5
17. México	78,9	1,4
18. Venezuela	72,0	1,2
19. Uruguai	71,9	1,2
10. Cuba	3,3	-

Fonte: U. S. Agency for International Development Operations Report. Junho, 1974 *apud* BOUCHER, P.P. U. S. Foreign Aid to Latin America - 1934-1974. Los Angeles: University of California, Ph. D. 1979 *apud* Alaggio, 2006

Nota 1: dólares em valores apropriados conforme o Orçamento Americano dos anos especificados.

Nota 2: os valores consignados referem-se apenas à ajuda da USAID e de suas congêneres anteriores. Não estão computados os valores referentes aos outros Programas bilaterais ou multilaterais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ter sido força durante os anos de graduação e os meses em que escrevi esse trabalho.

Aos meus familiares agradeço pelo estímulo ininterrupto à minha busca por conhecimento e dedicação aos estudos. Em especial agradeço a minha família materna: minha avó Lúcia da Silva e minhas tias maternas: Gilianni, Giovanna, Gianni e Rita por terem apoiado as minhas diversas mudanças de cidade para buscar meus objetivos.

A minha mãe, Gimenna Campos, agradeço pelo apoio financeiro e emocional a todos os meus sonhos e conquistas em especial acadêmicos. Por todas as horas de trabalho árduo dedicadas para me sustentar em outra cidade e por ter acreditado em mim, quando decidi cursar Relações Internacionais em outro Estado aos 17 anos, agradecimentos não bastam para expressar o tamanho da gratidão por ter me apoiado até aqui.

Agradeço aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas como profissional. Aos amigos que cultivei desde o ensino médio e que me apoiaram até esse momento, Magno, Lucas, Alice e Natalya, obrigada pela presença constante apesar da distância. E aos amigos que conquistei durante minha estadia em João Pessoa, em especial aqueles que foram vizinhos, colegas de faculdade, conselheiros e minha segunda família nesses 4 anos: Igor, Rebeca, Rúbia, Abdenego, Vanessa, Gabriel, Ana Paula, Marília, Fernanda, Kamilla e Nicole, obrigada por me ouvirem em momentos de dificuldade, apoiarem meus projetos e compartilharem as angústias e alegrias de ser um estudante de Relações Internacionais, sem vocês não teria perseverado até aqui. À Vanessa e Igor, obrigada pelas horas dedicadas ao auxílio em trabalhos acadêmicos, inclusive esse.

As minhas amigas de pesquisa, que compartilham as frustrações e dificuldades e também cada pequena vitória de pesquisar temáticas de segurança em uma instituição periférica, Letícia, Débora e Sara, obrigada por toda a ajuda e apoio durante a construção desse TCC e do meu projeto de Mestrado.

Agradeço à instituição de ensino UEPB, essencial no meu processo de formação profissional, aos professores que marcaram minha trajetória pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso. À minha orientadora Prof. Dr. Cristina Pacheco, muito obrigada pelas horas de dedicação, apoio emocional, correções justas e sinceras, pelo conhecimento compartilhado, espero retribuir ao longo da minha trajetória.